

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO - CFOP**

**17.06.2025**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Havendo número regimental, declaro aberta a 1º Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento do 2º Bienio da 20ª Legislatura. Registro a presença dos nobres deputados Enio Tatto, Luiz Claudio Marcolino, Gilmaci Santos, Solange Freitas, Carlos Cezar e Fábio Faria de Sá. Solicito a Secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Sr. Deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Quero a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - É regimental. Havendo acordo então, nós votamos por lida e dispensada a leitura da Ata da sessão anterior.

Senhoras e senhores, essa reunião foi convocada com a finalidade de apreciar o PL 412/25, LDO. E, em seguida, ouvi o secretário de Estado da Fazenda do Planejamento, Sr. Samuel Kinoshita, que irá demonstrar o cumprimento das metas fiscais do 2º e 3º quadrimestres de 2024 e do 1º quadrimestre de 2025, conforme previsto no § 4 do Art. 9 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também registrar a presença do nobre deputado Rogério Santos. Então, nós, nesse momento... E tem o Projeto de lei nº 412, de 2025, tramitação em prioridade do Sr. Governador, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício 2026.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino. A nossa relatora é a deputada Solange Freitas.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Para anunciar que a bancada do PT tem um voto separado sobre o Projeto de lei nº 412, de 2025, com 469 páginas.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - O senhor me falou que eram 400.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - É que depois que eu coloquei aqui é que é 469.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Houve um acréscimo agora nesses últimos minutos? O deputado Enio Tatto chegou e trouxe mais 69? Simples assim. Vamos parar logo com isso. Daqui a pouco chega mais alguém com mais páginas.

**O SR.** - Uma síntese do projeto.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Mas, deputado, vamos suspender, então, por dois minutinhos, só para conversar. Dois minutinhos e já voltamos.

**O SR.** - Só um detalhe esse aqui é a síntese.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - É só o prefácio.

**O SR.** - Só a introdução.

\* \* \*

- Suspensa às 14 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 14 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Olá, reaberta a sessão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Presidente, como o relatório da nobre deputada Solange acabou de ser encaminhado à nossa bancada, às nossas assessorias. E tem aqui um resumo de algumas emendas e subemendas que foram acatadas. Nós não tivemos ainda a oportunidade de poder analisar cada uma delas.

O nosso voto aqui tem 469 páginas. Então, conversamos agora com as demais bancadas e com o compromisso, então, de dar como 120 páginas lidas aqui do nosso voto separado. Aí nós vamos analisar, a partir do relatório apresentado, as emendas que foram acatadas, algumas prioridades que também a nossa bancada tem, inclusive para a LDO, e a gente poderia voltar então, na semana que vem, a partir do debate feito aqui com os demais membros da comissão, ver o que a gente consegue avançar em relação ao relatório da LDO.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado. Então, a proposta de V. Exa. nós suspendemos agora, em tese, não, suspendemos aqui a LDO, a leitura do relatório da deputada, o voto separado. A bancada do PT, a federação, vamos combinar 120 páginas lidas, dadas como lidas, e voltamos a discutir na semana que vem.

Há acordo aí com os nobres deputados?

**O SR.** - Há acordo.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Só para informar que a relatora está me apresentando aqui, agora está acatando, nove emendas da bancada do PMDB, 32 emendas da bancada do PL, 31 emendas do Podemos, sete emendas do PSB, 29 emendas do Cidadania e PSDB, 43 emendas do PSOL-Rede, 159 emendas PT, PCdoB e PV e uma emenda do União, que deve ser da relatora. Parabéns, relatora. Então, senhoras e senhores...

**A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Pela ordem, deputada.

**A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO** - Só para falar para o deputado Marcolino que eu não estou dando trabalho para ele, eu sou jornalista, bem objetiva, tem 34 páginas o relatório.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Mas eles queriam mais, deputada.

**A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO** - É, eu sei, eu sei.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Mas as nossas emendas, que não é mais parte do nosso voto separado, com certeza, vamos aumentar esse voto.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, então, senhoras e senhores, havendo acordo, então... Então, havendo acordo dessa forma, nós passamos, então, eu combinei aqui, Srs. Deputados, deputado Marcolino e deputado Enio, eu combinei com o secretário Samuel Kinoshita, ele tem 30 minutos. Aliás, são três quadrimestres, não é? Trinta minutos, dando um prazozinho a mais para ele, para ele poder fazer a explanação dele, depois nós fazemos aqui as nossas perguntas, os deputados ficam à vontade. Secretário, a partir de agora é com o senhor. Fica à vontade.

Só saudar também o Rogério, secretário executivo, que está aqui também, toda a equipe da secretaria. Mais uma vez, uma alegria, uma honra receber os senhores e as senhoras aqui. Sabemos do trabalho intenso, profissional e capacitado que os senhores têm naquela secretaria, haja visto que nós temos visto o nosso estado cada vez mais crescendo em relação às nossas receitas e finanças, graças a muito trabalho, não somente do secretário, do secretário adjunto, mas de toda a equipe, tenho certeza de que é isso, não é, Samuel?

Samuel, é com você agora. Sejam todos bem-vindos.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Muito obrigado, presidente Gilmaci. É uma honra vir aqui apresentar para as senhoras...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Também - desculpa - o deputado Dirceu Dalben acaba de chegar.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é uma alegria, eu os saúdo, é uma alegria poder fazer essa apresentação às senhoras e aos senhores. Eu acho que trago boas novidades, boas novas, em várias métricas, mas...

E aí, resgatando o ponto feito pelo presidente Gilmaci, o senhor me deu 30 minutos para apresentar. Está bom, um chorinho. Exatamente isso.

Na verdade, o meu papel, o papel do secretário, é meramente servir como um conector, um conector da grande qualidade dos quadros da Secretaria da Fazenda, e aqui tem vários, deles seria, não é só o secretário ou mesmo o secretário executivo, são vários os quadros - eles estão aqui disponíveis também, caso eu não consiga responder uma das dúvidas profundas dos deputados imediatamente -, esses grandes quadros com a visão, a visão reformista, a visão modernizante do governador Tarcísio, processada aqui pela nossa Assembleia. Na verdade, em vários pontos aqui a gente vê avanços muito substanciais.

Então, eu vou ser bastante rápido, mas, na verdade, isso resgata um pouco daquilo que foi, ou que foram, as minhas apresentações anteriores, desde a primeira, desde quando eu cheguei aqui no ano de 2023. O que é essa apresentação? Essa apresentação, eu começo de maneira muito sintética apresentando aquilo que ficou conhecido como o Plano São Paulo na Direção Certa.

O Plano São Paulo na Direção Certa, na verdade, é uma síntese, é um amálgama daquilo que a política econômica do governador Tarcísio vem sendo bastante elogiado de maneira ampla, como as senhoras e os senhores podem ver. Aí eu só separei os três principais, os três editoriais dos três principais jornais do nosso País, e é só recapitular aquilo que a gente falou desde o começo. O nosso papel na Secretaria da Fazenda e Planejamento, e a gente sempre entendeu isso, que é construir esse melhor ambiente de negócio do País, disparado, na verdade, eu tirei até o disparado, que eu acho que isso é muito... Acaba chocando alguns dos nossos irmãos em outras geografias, mas não tem nada de arrogante. Acho que a gente já tem, em grande medida, o melhor ambiente de negócio, e a gente está aprimorando através daquilo que é proposto pelo governador, processado pela nossa Assembleia.

E na Secretaria da Fazenda, isso a gente constrói através de dois pilares. O resgate do protagonismo paulista, em especial na questão tributária, e eu posso mencionar rapidamente a nossa atividade nos últimos meses nessa questão do resgate do protagonismo paulista, eu vou

dar um exemplo de como isso se processa, e através da modernização da administração fazendária.

Então, essa apresentação eu vou fazer de maneira muito rápida, dado o tempo alocado pelo nosso presidente, mas, de alguma forma, é uma oportunidade também para apresentar diversos avanços, e não só o mero cumprimento, digamos, de uma questão de um superávit primário, qual é a situação da evolução das receitas em específico, ou a questão da evolução do gás de pessoal como uma proporção da sua RCL, mas eu vou contar um pouco daquilo que é a filosofia, do que vem por trás, do que explica.

Aqui eu falo um pouco do diagnóstico e do planejamento da secretaria, mas logo no primeiro pilar que eu coloquei aqui, o resgate do protagonismo paulista na questão tributária, um dos aspectos que eu gostaria de destacar e que serve como exemplo é, sim, a atuação do governador Tarcísio na chamada reforma tributária, na reformulação da tributação do consumo no nosso País, onde todos aqui na sala, não só os nossos deputados e deputadas, sabem que haverá uma mudança dessa tributação do consumo no nosso País. Em especial para São Paulo, isso é muito relevante, porque a gente troca ao longo do tempo, vai ser processado, uma mudança dessa tributação, que hoje é o ICMS, para o IBS.

Claro que isso gera muita, digamos, muita ansiedade, dúvidas, porque a gente sai de um modelo para um novo. Existem, eu diria aqui, muitos prós e alguns riscos também. Existem muitas vantagens e outros riscos que a gente precisa estar atento.

Mas, em princípio, dado que a gente acredita com relação ao estado de São Paulo, melhor ambiente de negócios e melhorando ainda mais, a melhor infraestrutura do nosso País e melhorando ainda mais, o melhor capital humano na margem intensiva e na margem extensiva e o grande mercado consumidor do nosso País, graças a Deus. Ao fim e ao cabo a gente tem uma capacidade de atração também de produção para um raio de 100, 200, 300 quilômetros da Capital, justamente porque a gente tem mão de obra muito qualificada, a gente tem infraestrutura para escoar essa produção.

Então, a nossa convicção, já de muito tempo, é que esse apoio ao princípio de destino, que sempre foi um obstáculo, um óbice, por parte das administrações anteriores, o governador Tarcísio entendeu, e eu julgo que economicamente é muito coerente, que a questão do princípio do destino hoje, em 2023, 2024, 2025, corrente, não seria um problema para São Paulo, a despeito de haver algum tipo de estudo mostrando que estaticamente estados grandes produtores, como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, em alguma medida o estado de São Paulo também sempre é tido como um grande produtor, mas a mudança para a tributação no destino, na verdade, talvez até estaticamente, mas mais importante, de maneira dinâmica,

pensando como economista mesmo, olhando para frente, pode ser muito bom para o nosso estado de São Paulo. Então, o conceito, aquilo que foi colocado como ideal teórico não necessariamente nos é desfavorável, pelo contrário, pode ser muito favorável se a gente fizer as coisas certas. É claro que existem algumas questões, eu diria até de embasamento filosófico, e as senhoras e os senhores que são representantes do povo entendem muito bem até o que eu vou dizer que é talvez a parte mais sensível, que é a representatividade.

Dado que você tem uma centralização da arrecadação num órgão, num Comitê Gestor, essa questão da proteção do nosso estado de São Paulo é muito importante, porque politicamente você pode ter alterações de arcabouço, de mudança de entendimentos, e a gente não está falando de algo pequeno, a gente está falando de algo que representa, grosso modo, dois terços do nosso orçamento, orçamento que financia toda a nossa boa política pública, dois terços é financiado pelo ICMS, há que se ter cuidado, e esse cuidado o governador expressou através de um bom trabalho político na questão da representatividade do Conselho Federativo, onde naquele segundo inciso, para qualquer aprovação de matérias no nosso comitê, é necessário que ao menos 50% da população brasileira esteja representada naquele voto dos estados. Isso nos ajuda, porque tem um caráter, claro, tem o caráter de ir emulando duas casas, um sistema bicameral, onde você tem a maioria dos estados no primeiro inciso, a maioria absoluta dos estados, e no segundo inciso, para os estados, uma representatividade da população, que seria a representatividade da Casa Baixa. Veja, São Paulo tem 21%, 22%, 22% e pouco da população brasileira, nosso voto é relevante, então proteger essa arrecadação que financia a boa política pública é bastante importante.

Então existem prós, existem contras, mas existem riscos positivos e riscos negativos de qualquer grande mudança, e é uma grande mudança. Então esse resgate do protagonismo, eu entendo que ele expressa aquele primeiro ponto de resgatar o protagonismo em algo bastante fundamental. Estamos avançando mais nisso, caso, até por questão do tempo, eu não vou avançar, mas caso surja alguma pergunta, eu estou absolutamente disponível, eu acho que a gente tem que avançar muito.

Felizmente, é justamente isso, uma visão moderna, contemporânea do governador Tarcísio, acoplada àquilo que a gente tem de grande qualidade na minha carreira, na carreira dos auditores fiscais aqui do estado de São Paulo. Aqui, mais um slide explicativo da minha participação na Cosist, da participação no grupo de coordenação, onde eu representei a região sudeste, como secretário de Fazenda da região sudeste, agora nós dobramos isso no grupo de coordenação estratégica e estamos avançando. Caso as senhoras e os senhores tenham alguma

questão com relação à formação e evolução da reforma tributária, que realmente ela é muito extensa, muito densa, tributação nunca é fácil, mas estou disponível para explicar.

Mas isso foi mais ilustrativo do ponto em que estamos e do fato do primeiro pilar de atuação na construção desse melhor ambiente de negócios do País, que foi um resgate do protagonismo. Eu acho que São Paulo se colocou bem. Com a proposta de evolução da tributação do consumo, que São Paulo, representando e resguardando os interesses legítimos de 45 milhões de brasileiros que residem aqui no estado de São Paulo, promovemos uma mudança que tem o seu potencial positivo e também tem alguns riscos que precisamos respaldá-los, resguardá-los.

Esse é o primeiro evento. E no segundo ponto, e aí eu vou fazer uma passagem muito rápida de grandes temas que eu mencionei logo na minha primeira apresentação aqui nesta nobre comissão, que elencam, na verdade, o grande trabalho da Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo no que tange a modernização da administração tributária e fazendária com o intuito de melhorar a vida da população, dos pagadores de impostos, de tornar a vida mais fácil, mais contemporânea, e que realmente vai render frutos em termos de facilitação, de criação de empresas e de negócios, que vai desembocar naquilo que verdadeiramente importa, que é a geração de empregos. A geração de empregos, e essa é uma boa notícia, boa nova também que eu trago. Quando nós olhamos a geração de empregos formais líquida, o Caged, que são dados colhidos no âmbito federal, São Paulo, na ponta, está gerando algo como um terço dos empregos do País, sendo que nós temos aproximadamente 21%, 22% da população, uma população demograficamente mais avançada e já com alto nível de formalização.

Gerar um terço de... Olá, deputado. Tudo bem? É um prazer revê-lo, deputado.

É bastante significativo. Eu acho que esse é o grande objetivo. Tudo que se cria ao fim e ao cabo tem um intuito, tem um condão. O condão de melhorar a vida da população, mas, em essencial, a geração de emprego através do trabalho. Então, a primeira coisa que eu mostro aqui é...

E esse São Paulo Na Direção Certa que eu mostrei logo no começo e está sendo muito bem recebido pelos formadores de opinião, ele se divide em três vertentes. A primeira delas são aqueles avanços do ponto de vista tecnológico, institucional, que permitem... Eu vou dar dois exemplos que eu acho que são ganha-ganha, que permitem, na verdade, a facilitação dos negócios e a resolutividade na nossa economia.

Vou dar dois exemplos no contencioso. Um exemplo, que foi uma grande evolução promovida na casa, na Secretaria da Fazenda e Planejamento, que é o Resolve Já, um conjunto

de bons incentivos econômicos para reduzir a litigância excessiva na esfera tributária. Então, a gente tem aqui o nosso TIT, que é o, digamos, o análogo do Carf no plano federal e, defrontado com esse problema brasileiro do excesso de litigiosidade, muito alto de infração sendo disputado, vamos dar bons incentivos para diminuir isso.

Ora, como que isso foi feito? Melhorando a janela de oportunidade, primeiro. Segundo, melhorando os descontos até não se criar, digamos, um risco moral para não desincentivar o pagamento corrente, o que também seria altamente indesejável.

E terceiro, dando novas possibilidades de pagamento, em especial com o uso do crédito acumulado. Esse projeto foi relatado pelo, então, deputado estadual Vinícius Camarim aqui na casa, aprovado, e é um grande avanço. Eu julgo que a Secretaria da Fazenda colocou um avanço que vai, ao longo do tempo, ser muito relevante, mais relevante ainda do que é hoje, porque ele é um programa perene, diferentemente dos refis que a gente tinha aqui no nosso País, antigamente, que você dava incentivos deletérios, porque, no fundo, ao fim e ao cabo, o sujeito falava, olha, vou refrear, não vou pagar agora e aguardar uma oportunidade melhor. Um estímulo perene, bem construído em termos de incentivos, tende a ser muito melhor para a economia e para o tesouro estadual por consequente. Agora é a hora, eu retomei esse projeto, e a Lei nº 17.784, de novo, relatada aqui pelo, então, deputado estadual, hoje prefeito de Marília Vinícius Camarim, já temos alguns resultados muito importantes. Esse a gente implementou rapidamente, no final de 2023, em novembro, porque ele não tinha *vacatio legis*, a Secretaria da Fazenda já estava pronta para implementá-lo, então a gente conseguiu colocá-lo no ar rapidamente. Já diminuiu a litigância excessiva, como era o nosso objetivo, diminuindo em 3.400 autos, cerca de 3.400 autos resolvidos, onde se desistiu dessa contenda entre a administração pública e o setor privado. Mais importante é o resultado total, através tanto do uso do crédito acumulado, parcelamento e pagamento na cabeça, digamos assim, popularmente, a gente já tem um resultado superior a 1,1 bilhão de reais.

E, ao longo do tempo, isso deve ser magnificado. Então, fizemos uma evolução, e eu agradeço à Casa, à Assembleia, aqui, à Alesp, por ter processado e melhorado o projeto, relatado pelo deputado Vinícius Camarim à época. Outro projeto que foi relatado também pelo deputado Vinícius Camarim, e também contou com melhorias aqui na Casa, e eu acho que esse é o papel bacana da Assembleia, foi o chamado Acordo Paulista.

Esse não é exatamente um tema da Secretaria da Fazenda, é um tema da nossa Procuradoria-Geral do estado de São Paulo, e aqui eu parablenizo a Dra. Inês pelo grande avanço que a nossa Procuradoria performou. Mas, de fato, a Secretaria da Fazenda teve algum enlace, não só pelas resoluções conjuntas, minha com a procuradora, mas pela participação de

alguns dos nossos quadros, digamos, de maneira ativa junto aos procuradores, para criar realmente um excelente programa. O nosso Acordo Paulista é, usando aquele arcabouço inicial que a gente viu lá de 2019, e no início era uma MP, Rogério pode me corrigir, acho que era uma MP, Dr. Levi, e depois foi transformado realmente de maneira mais rígida, o fato é que esse motor da transação tributária deu grandes frutos na esfera federal também, e hoje é uma parte importante do processamento lá no Ministério da Fazenda.

A gente pega aquele modelo, a gente não, a Procuradoria pega aquele modelo, aprimora o modelo, e hoje eu diria que o nosso Acordo Paulista é um modelo, realmente, de transação tributária para os subnacionais. Tanto que foi uma proposta da Secretaria da Fazenda, aí sim, nosso enlace, de convênio com o Fase, e os outros estados aderiram, então os outros estados estão vindo para o nosso modelo. E os resultados, eu não listo aqui, porque não são resultados meus, do secretário da Fazenda e Planejamento, mas sim da nossa Procuradoria, mas, assim, dentro daquela visão inicial do governador Tarcísio, no primeiro edital, já foram três, no primeiro edital acho que foram transacionados cerca de, e aí eu estou falando de outros números, R\$ 45 bilhões, calendarizados essencialmente dos primeiros 60 meses, onde não precisa de garantia, cerca de R\$ 15 bilhões.

Então, é algo muito bacana essa primeira vertente de avanço, eu estou usando o contencioso, poderia usar outros exemplos, que é um ganha-ganha, a sociedade deixou de ter essa litigância excessiva conosco, com a administração, e, por outro lado, a gente também deixa de onerar, temos bons procuradores, os nossos grandes auditores fiscais aqui do estado de São Paulo, atrás de litigância excessiva, mas sim cuidando daquilo que é pensar o futuro. Então, eu acho isso muito bacana, para além do ingresso de recursos, que também é significativo. Então, essa é a primeira vertente do São Paulo na direção certa.

A segunda vertente eu vou chamar de, digamos, a parte da disciplina, de limitar alguns itens de gás de custeio, alguns itens específicos, mas que é mais a disciplina, é como cortar a unha, a gente precisa sempre estar atrás, revisando esses processos, a gente fez isso através de bons incentivos, durante a elaboração, inclusive, no final de setembro, quando a gente submete a proposta de lei orçamentária, a gente faz um redutor nesses itens específicos de gás de custeio, que eu acho que é uma questão de disciplina, não vamos chamar de cortar na carne, como é muito corriqueiro dizer, mas a disciplina é muito importante. Essa é a segunda vertente. Eu vou falar menos sobre isso, mas eu vou falar agora, sim, da terceira vertente, que eu vou chamar de reavaliação da política pública praticada no estado de São Paulo.

E essa reavaliação pode se dar no âmbito orçamentário ou no tributário. Onde realmente tivemos um grande avanço, recentemente, no ano de 2024, foi na avaliação dos chamados

gastos tributários, dos benefícios tributários. No ano de 2023 para 2024, e sabendo e aproveitando essa oportunidade, e aí eu agradeço, sim, também, aquilo que ficou na virada da última administração para essa, uma parte dos benefícios teve data final estabelecida ainda em 2022, finalzinho de 2022, e no início de 2023 os outros benefícios tiveram data final estabelecida.

Então, sabendo que a gente tinha uma data final de dois anos à frente, que é o padrão de São Paulo, a gente sabendo que vai fazer essa avaliação e já era o intuito inicial da avaliação quando eu propus isso para o governador Tarcísio, no ano de 2023 a gente preparou todas as bases, preparamos todas as informações necessárias, tem várias, digamos, 8, 9 ou 10 variantes econômicas que a gente precisa acompanhar, seja a formação de empregos naquele setor, está bem beneficiando o setor, vamos ver como está evoluindo o emprego daquele setor. Tem um dos nossos colegas aqui que participou ativamente dessa construção quando estava lá na unidade, né, Carlos? Então, a gente foi construindo aquilo que precisava ser feito para poder, realmente, no ano seguinte, processar essa avaliação.

E no ano de 2024, depois de construção, depois de aprimorar os processos, de resoluções adicionais, mas não vale a pena aqui ser muito minucioso, no ano de 2024 nós processamos essa avaliação. Nós tínhamos 263 benefícios tributários no final do ano de 2023, deputado Marcolino, 263. No final do ano de 2024, após essa avaliação, nós deixamos de renovar, ou qual seja, cortamos, é uma boa expressão, cortamos 84 deles, 17 deles nós ajustamos à sua redação, e aí, por si só, e eu sei que pareceu até, veja, estamos diminuindo um monte de ativo, você tem que elencar também a estimativa de renúncia, claro, eu vou chegar lá, mas por si só, só de melhorar o regulamento, de revisar o regulamento, de tirar coisas que já estavam redundantes, são 20, 30, 40 anos, às vezes, de um mesmo benefício que está lá parado. Eu acho que essa é a essência da política pública, vale tanto para a esfera orçamentária quanto para a tributária, revisar, colocar em termos atuais aquilo que foi tentado em 2005, ou 95, ou 2015. O mundo muda, o mundo mudou, às vezes aquele benefício era perfeitamente justificável, uma tentativa, deu certo, nos parâmetros atuais, faz sentido.

Então, nesse ano de 2024, nós processamos esse avanço. E aí, eu entro no segundo ponto. Para além da atualização do regulamento, nós também podemos colocar a dimensão do que foi feito através da diminuição da estimativa de renúncia.

A estimativa de renúncia em 2025 era de quase R\$ 71 bilhões para o ICMS. Eu estou me restringindo ao ICMS, que é o nosso principal tributo, e onde foi feita essa revisão. Ali, esse corte desses 84 ativos que eu elenquei acima, teria uma equivalência de algo como R\$ 9,5 bilhões. Então, é muito significativo.

A forma de se abordar a evolução dos gastos tributários, e recentemente teve até uma questão colocada na mídia, e eu acabei respondendo, eu acho que eu aproveitei só para mencionar que é importante, por dois motivos, fazer uma comparação ou intraano daqueles ativos que estão sendo suprimidos, ou fazer uma comparação relativa. Se os senhores quiserem, eu posso me aprofundar em uma pergunta. Zero problema.

Mas o fato é que a gente faz uma diminuição, e aí em termos relativos, como eu coloco, da relação gasto tributário sobre ICMS, que eu acho que isso é importante para fazer uma comparação interano, de uma relação de cerca de 34, e eu estou sendo grandes números, não vou falar dos decimais aqui, para algo como 30%, mais ou menos. Então, uma redução de 4% desse gasto tributário como uma fração da arrecadação. E aí, por dois motivos que eu elenco no artigo recente, que eu coloquei na Folha de São Paulo, a gente mostra que a primeira coisa é que teve uma evolução acima do esperado, quando feita a PLDO de 2025, lá em abril, acerca da própria arrecadação do ICMS do ano de 2024.

Então, a base, ela parecia menor quando comparada ao que você vê. E como guarda uma relação do que a arrecada do ICMS, se você tem uma base maior, parece que você teve um crescimento maior. Na verdade, esse crescimento não é tão grande.

O segundo ponto é que isenções ou artigos específicos podem ter muita variação dentro da utilização deles. Então, pode ter um benefício para, digamos, microfones. No ano base que você vai verificar, tem uma utilização mais baixa daquele benefício.

Por algum motivo, e aí não vem ao caso dizer exatamente o motivo, mas você pode ter no ano base seguinte, quando vai fazer a próxima PLDO, você tem uma verificação de utilização muito superior. É possível isso. E, de fato, aconteceu.

E eu posso explicar exatamente, se quiserem entrar em detalhes, não dá problema nenhum. Mas, ao fim e ao cabo, o que a gente tem é muito importante, e eu acho que isso vale para tudo da política pública. É fazer uma revisão, uma atualização desses números.

Aqui, a não renovação corresponde nessa relação aos 4%, de 34 para 30, mas 9,5 bilhões de reais em estimativa de anúncios. Quer dizer que isso vai se transformar necessariamente em arrecadação. Não necessariamente, depende das elasticidades e como que vai se processar o uso dos benefícios na economia.

E é difícil você fazer uma análise em equilíbrio geral, de maneira dinâmica, de tantos benefícios que, inclusive, interagem. Eu posso até explicar a dificuldade desse negócio. Eu sou um mero macroeconomista. Comecei em consultoria econômica, e eu estou aprendendo muito sobre tributação. Mas tem setores em que você tem dois benefícios casados. Você tem uma redução de base de cálculo, reduzindo a alíquota projetada, utilizada, e depois tem um crédito

outorgado. Você pode tirar um e o outro, na verdade, interagir com o primeiro que está lá funcionando. Então é extremamente complexo, mas eu acho que é importante aplainar o nosso conhecimento, porque é uma vertente importante. Eu acho que isso já tem convicção, e eu acho que é difundido em campos políticos diversos, a importância dessa avaliação e a redução desse gasto tributário em termos correntes, em termos contemporâneos.

E esse é um grande mérito, na verdade, essa avaliação dos gastos tributários. De novo, estou totalmente disponível para a gente falar sobre isso. A outra vertente, que é a análise dos programas orçamentários, ela é mais, digamos, alongada ou progressiva, mas a gente está preparando as equipes.

Dentro do São Paulo na Direção Certa, também instituímos um sistema, um sistema de avaliação do gasto, e o que nós fizemos já, várias avaliações executivas, contratando o apoio de instituições de pesquisa, seja a Fundação Seade, seja a Fipe, seja uma unidade dentro da FGV, que é a chamada FGV Clear, melhorando o treinamento dos nossos quadros, investir no servidor em termos de preparação, que também não é um tema fácil, envolve, às vezes, estatística, econometria, às vezes, aprendizagem de como você processa de maneira executiva uma avaliação de programa.

Então, está evoluindo também. Essa é a terceira vertente. E, de fato, presidente, só para checar, como é que está o meu tempo?

Alguém está monitorando? Se o meu monitoramento visual estiver certo... 25 minutos, eu vou correr agora.

Tem vários slides aqui que mostram a evolução na construção... Vou rapidinho, vou rapidinho. Tem vários slides aqui e a gente compartilha isso.

Acho que colocaram aqui uma apresentação que é meramente dos números, mas compartilho esse também. Tem vários slides que mostram a evolução da Secretaria da Fazenda na construção dessa Secretaria da Fazenda mais moderna. Amplificação da conformidade voluntária, PIX Veículos, PIX Dare, que, na verdade, a forma de se processar os pagamentos está evoluindo muito.

A utilização do PIX na Secretaria da Fazenda e essa nova forma de recolhimento, essa guia Dare, que é mais moderna que a Gare, ela dá uma oportunidade maravilhosa. E aqui tem uma... parece algo menor, né?

Veja, pagar o seu IPVA, o licenciamento de usados, multa de trânsito, através da utilização do PIX, para a gente talvez pareça algo menor. Fala assim, ah, eu já faço isso no meu banco, eu abro o aplicativo e está lá. Mas tem muita gente que não tem essa opção nas 20 instituições originais, as grandes instituições bancárias.

Fazer o que a gente fez agora abre a possibilidade para muito mais instituições. Ali há a possibilidade para cerca de 900 instituições. Imagine o seguinte, para nós talvez não.

Nós temos, graças a Deus, uma boa condição. Mas imagine a situação de um rapaz que faz entregas. Esse rapaz tem que parar a sua motocicleta em frente a uma lotérica, às vezes está chovendo, uma situação ruim, para de trabalhar para pegar uma fila, para pagar o seu IPVA.

Veja, olha o avanço que se propõe quando a gente oferece para ele utilizar, claro, ele vai utilizar um chamado banco digital, Fintech ou coisa que o valha, e vai conseguir pagar instantaneamente o seu tributo daquela sua motocicleta. A experiência dele muda demais. Para a gente talvez seja um avanço menor.

Mas para a população como um todo, isso é um grande avanço. É melhorar a experiência do cidadão naquilo que é algo francamente desagradável, que é pagar imposto. Mas para que deixar alguém em uma fila de uma lotérica que, por sinal, ainda gera uma economia para a administração.

A administração, ao utilizar, e isso aqui eu estou me retendo só na esfera do Pix, mas na verdade eu posso inclusive passar, e aí tem a nova guia, tem vários benefícios de se utilizar isso, seja do ponto de vista dos procedimentos, da administração, melhoria de tecnologia, diminuição de falhas, agregação, mas essencialmente uma coisa. Até o próprio custo. O custo para a administração é muito menor de operar via Pix do que de operar via essas modalidades atuais.

No caso da lotérica, que talvez seja mais cara, a gente já tem uma economia, se a gente fizer essa comparação entre a tarifa do Pix e a tarifa praticada nas casas lotéricas, de 10 milhões de reais. Desde outubro de 2023. Então a gente efetivamente gasta menos, o processamento é mais moderno, melhor, e a experiência, isso que realmente importa e melhora é a vida do cidadão.

Talvez não a nossa, que a gente abre o aplicativo do banco e já paga. Mas eu dei um caso palpável, concreto, de uma melhoria de experiência muito grande. Então é um negócio que me deixa muito feliz.

O avanço é muito grande. Estamos, na verdade, nesse programa, nessa migração de guia para essa modalidade mais nova, conseguindo melhorar em todos os aspectos. Diminuição do custo, diminuição do custo de oportunidade também.

Isso é um debate que tem bastante na União. Tem apontamentos, por exemplo, do controle interno, falando, olha, o governo deveria usar mais o Pix porque é melhor não só pelos motivos que eu descrevi, mas pelo custo de oportunidade. Porque se você tem guias mais velhas, anacrônicas, elas levam alguns dias para serem processadas.

Só que a gente está falando de volumes gigantescos de recursos. O custo de oportunidade, você ficar em D+2, D+3, imagina, são volumes muito grandes. E isso, o custo de oportunidade é muito maior, inclusive, do que o custo da tarifa mesmo, na comparação da tarifa bancária e o Pix.

Então é um grande avanço, estamos processando um grande avanço e eu imagino que quando a próxima participação aqui, eu vou poder contar mais desses avanços. É muito bacana isso. É uma das coisas que me dá mais, parece menor, mas é uma das coisas que me dá mais orgulho.

A gente está melhorando a experiência da sociedade, diminuindo o custo, seja o custo de oportunidade que é maior ou mesmo o custo em termos de tarifa, e melhorando tecnologicamente esse processamento. É muito bacana, isso aqui me deixa muito feliz. E aqui tem uma série de questões que eu estou colocando, a modernização do nosso Tesouro Estadual, reforço, investimento no capital humano, na tecnologia, uma ênfase em ocupar melhor esse espaço fiscal em termos de utilização, possibilidade de fazer um financiamento para algo que seja bom em termos de investimento, de uma obra ou qualquer coisa que o vale, que seja realmente transformacional e tenha um alto retorno social, e avanços de disseminação das melhores práticas nas empresas. Efetivamente, presidente, eu vou usar 5 a 10 minutinhos, como os deputados estão absolutamente familiarizados com os números, que são os números efetivos, segundo e terceiro quadrimestre, ou seja, do final do ano de 2024. E desse primeiro quadrimestre, eu vou passar pelos principais números, para não obstaculizar a leitura do voto em separado.

Aqui tem uma série, e aí até no arquivo que foi distribuído, mas está contido aqui de maneira até mais sintética na minha apresentação, já sabendo que o tempo urge e a vontade de falar das coisas é grande, e os deputados certamente têm vários questionamentos. Aqui tem os principais indicadores, nessa tabela 1.

Basicamente, e aí para reportar, acho que principalmente o resultado primário foi cumprido, a gente fez praticamente 13 bilhões de resultados. A nossa relação de poupança corrente, que é basicamente despesa corrente sobre receita corrente, está em algo estável em torno de 91,5%, 91%, 92%, similar àquilo que se observava, por exemplo, se as senhoras e senhores verificarem, no ano de 2019, temos ali uma receita corrente líquida, e isso é calculado como uma janela de 12 meses no tempo, ela vem performando melhor, até porque o ano de 2024 foi um ano bom, surpreendente e positivo, como eu mencionei na questão dos gastos tributários. Os nossos investimentos, e esse é o motivador se for resgatado, seja o decreto do governador ou mesmo o texto que eu coloquei no jornal na Folha de São Paulo, dez dias antes

da publicação do decreto que se chama “A lição de casa de quem faz mais”, o intuito todo, na verdade, do São Paulo Na Direção Certa é conter aquilo que é o gasto desnecessário, revisar aquilo que é o gasto desnecessário, de forma, e aí todos os sabedores aqui nessa sala, sem dúvida alguma, tanto a assessoria, os deputados, o presidente, todos sabem, que a gente tem um processo orçamentário brasileiro, não é algo de São Paulo, é dos municípios, dos estados do Brasil, de expansão paulatina dos chamados gastos obrigatórios, comprimindo os gastos discricionários, que, essencialmente, é investimento público. Não é algo de São Paulo, não é algo da União, não é algo do governo federal, é algo que pode ser discutido, realmente o arcabouço de processamento orçamentário.

Mas, ao fim e ao cabo, para endereçar essa questão e possibilitar aquele que é o bom gasto público, um gasto público que gera alto retorno social, em especial nesse nível, como o nível do investimento é comprimido ao longo do tempo, nesse nível que nós estamos, cabeça de economista, o retorno social marginal de uma unidade de investimento nesse tipo de investimento, e aí pode ser a expansão de uma linha de metrô que atravessa e vai até Guarulhos, ou uma linha de metrô que vai a Taboão.

Assim, é um investimento público do nível onde nós estamos que, muito provavelmente, tem um alto retorno social. E aí pode ser acoplado qualquer vertente que você entenda como um bom retorno para a sociedade. Pode ser uma mobilidade, um transporte, uma estrada, uma ferrovia, mas o fato é que você tem uma compressão, muito provavelmente, o ganho marginal de uma unidade de investimento, provavelmente tem um alto retorno marginal socialmente falando.

E esse, ao fim e ao cabo, é o intuito de melhorar a forma como se processa, tirando grandes reformas orçamentárias de um plano até constitucional mesmo, ou de lei complementar, depende do aspecto. Então, desse grande arcabouço, mas por dentro, na direção certa, consegue promover um grande avanço, que abrir esse espaço para o bom gasto público. Quando a gente compara, por exemplo, os investimentos, investimentos nos dois primeiros anos da gestão anterior e os dois primeiros anos da gestão corrente, 2023 e 2024, e aí ficou um pouco, tem o segundo quadrimestre, mas assim, o ano de 2023, cerca de 24,5, 24 também cerca de 24,5, e lá em 19,20 a gente estava rodando com uma capacidade de investimento de algo como 8,5, digamos.

Então a gente está falando basicamente do triplo em termos de investimento ao primeiro biênio da administração anterior. É claro que, e aí certamente vai ter discussão do que foi a evolução macroeconômica nos anos de 21 e 22, LC173, uma série de efeitos, a postergação do pagamento de dívida, mas, ao fim e ao cabo, houve no segundo biênio da administração

anterior, sim, um aumento do espaço, da capacidade. Quando a gente compara tempos normais, primeira metade da administração anterior e primeira metade desse ano, esse trabalho se manifesta dessa maneira, de você ver visual, algo como três vezes a capacidade do investimento.

Contém o gasto desnecessário e, claro, cada vertente política, cada deputado vai falar, não, eu acho que esse é o desnecessário, esse é a casa desse processamento. O caso do processamento da política pública, qual é a política pública do ponto de vista orçamentário que a gente vai praticar aqui no estado de São Paulo. Mas esse é o grande, digamos, prisma que eu acho que caracteriza e aí captura isso.

A questão do resultado previdenciário, eu tenho até gráfico aqui, mas tem uma expansão do chamado déficit previdenciário, ele sobe significativamente, presidente. No ano de 24, a gente tem 36 bilhões. É um processo, ele tem um degrau ali, tem uma série de questões.

Teve uma discussão previdenciária no final de 2022, se eu não me engano, específica, que era a questão que ficou, acho que, conhecida à época como a questão do não confisco, confisco, teve um grande debate na casa, mas o fato é que tem várias questões, essa é uma delas. Tem a questão também depois de dois anos de Lei Complementar 173, sendo justo também, uma recomposição salarial, então isso acaba impactando significativamente, mas a gênese desse número, ela tem várias origens, tem vários caminhos que levaram a isso, mas a gente tem sim um resultado previdenciário bastante pronunciado no sentido negativo. O nosso gasto com o pessoal no Executivo, eu diria que está razoavelmente estável nessa faixa, eu vou arredondar até para cima, cerca de 42%, como uma fração da nossa receita corrente líquida, se pegar ali do início da administração para cá, é basicamente estável nesse sentido relativo à receita corrente líquida.

No ano de 19 e 20, a gente tinha 44,4 e 45,5 basicamente, e aí nos anos de 21 e 22, por N motivos, alguns deles citados aqui, de fato você tem uma diminuição, mais um retorno a esse patamar de cerca de 42% dessa relação. Dívida consolidada, eu acho que talvez até graficamente seja bom para concluir o meu tempo, para elencar aqui a parte do endividamento, tem um outro fato que eu acho que não aparece graficamente, na última sessão ali de restos a pagar, a gente coloca uma fração também, e eu acho que essa razão é interessante de ser acompanhada, que é uma forma de dar uma certa liquidez da disponibilidade de caixa bruta com uma relação dos restos a pagar. Se chama de cobertura, qual a cobertura que você consegue ter? A gente tinha uma cobertura em 19 de 1,5, 1,7, agora no final de 2024, a gente tem uma cobertura bem mais pronunciada. Seja um bom trabalho na revisão daqueles chamados restos

a pagar não processados, processados qual seja, mas também por uma evolução de disponibilidade de caixa bruta.

Eu acho que vale a pena colocar, essa é a evolução das receitas, e certamente as senhoras e senhores são sabedores disso, tem uma evolução positiva nos tributos, todos, ainda, eu acho que aí se coloca uma dúvida do prospectivo, como é que vai se comportar macroeconomicamente, você tem muitas incertezas do plano, do ponto de vista global, guerras, posicionamentos, mudanças de posicionamentos globalmente falando, no plano nacional, e para não entrar em nenhum tipo de divergência, mas assim, tem um ciclo defasado de política monetária que também acaba, de alguma maneira, afetando a atividade. Esse, na verdade, é o canal principal da forma de se afetar a inflação. Então, de fato, existem muitas incertezas, eu acho que é uma forma de colocar isso, do ponto de vista mais prospectivo.

Mas até ir nessa forma de janela dos últimos tempos, teve uma boa evolução das receitas, aqui é um gráfico, já que a gente costuma apresentar, do ICMS por setor econômico, para a gente ter uma ideia de como, ao longo do tempo, se processa essa mudança, até do ponto de vista econômico mesmo, da indústria. A indústria tinha um papel muito maior na arrecadação do nosso ICMS ao longo do tempo. Essa fração, ela é diminuída, ainda que parece algo mais estável, mais recentemente, e comércio e serviço, até a mudança da forma como se processa a economia, o comércio e serviço, começa a ter uma participação maior numa economia como a paulista, que ela é mais desenvolvida na curva de desenvolvimento, que a gente verifica para um País latino-americano como o nosso.

Das despesas totais, a gente também tem a evolução aí, ela tem uma similitude com as receitas, quando olhar receitas totais ou receitas correntes, e daí que aquela razão que a gente verifica de poupança dessa corrente, razoavelmente estava, porque os dois, na verdade, estão agindo de maneira similar. Temos algumas questões em termos, digamos, de linhas ou questões específicas que talvez as senhoras e os senhores queiram mencionar, por questão de tempo eu estou cumprindo já 41 minutos. Eu vou finalizar só com a questão da despesa, que é um ponto importante nessa razão.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - No final do minuto fica 5.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Então está combinado, estou disponível também. Ordem do dia, acho que é isso, é 5? Onde a gente vê aquela estabilidade, que eu mencionei, em cerca de 42% dessa razão de despesa com o pessoal do poder.

Teve aquele evento, e aí eu já mencionei as causas, LC173, o apoio efetivamente do governo federal durante o período pandêmico, mas é basicamente algo razoavelmente histórico do que a gente tem em termos de despesa de pessoal. E, sendo justo, faz parte todo desse arcabouço de melhoria de negócios, melhoria da economia, do processo de arrecadação benigna, que eu julgo, quando a gente tem melhorias do arcabouço, e, ao mesmo tempo, diversas carreiras também conseguiram ter uma valorização ao longo do tempo. Então, essa razão, ela permanece estável.

Claro que a gente precisa ter muita atenção, porque, assim, o gasto com o pessoal é um gasto com o pessoal, que é importante você investir no capital humano. Ter uma boa remuneração é importante, a questão é como se processa isso, como dar bons incentivos, como fazer com que o serviço público atinja aquilo que se espera por parte da população mesmo. Mas, ao longo do tempo, esse processo de valorização, eu acho que tem percepções diferentes na casa, natural, isso reflete também percepções diferentes na nossa sociedade.

Mas o fato é que bons investimentos também podem ser feitos aqui. A questão é o como, e a gente tem que ter atenção. Esse é um dos pontos de explicação ou de, digamos, apresentação importante do RGE.

O endividamento, como uma razão da Receita Corrente Líquida, a gente está aí no primeiro quadrimestre, 1.2, digamos. No ano de 23, a gente teve uma arrecadação que foi frustrante, de alguma maneira, em relação àquilo que se previa na peça construída em 2022. Mas, ao longo do tempo, esse processo também, que a gente tem uma razão ou endividamento com perspectiva razoável.

Ainda que elevado, o nosso estado tem um endividamento elevado, mas essa trajetória dessa razão de dívida consolidada líquida sobre Receita Corrente Líquida, ela se manifesta de maneira benigna nas últimas observações. Essa é a questão da previdenciária que o senhor tinha mencionado, presidente, aqui mais graficamente. Uma diferença bastante pronunciada do ano de 22 para o 23.

Talvez alguma parte disso, uma explicação de mudanças previdenciárias processadas aqui na casa mesmo, em 22. Também teve uma questão de revalorização importante no ano de 23. Essas coisas se agregam para esse chamado déficit, que é a barra cinza, uma barra bastante dominante.

Quer dizer, ela se manifesta, na verdade, dos dois lados, seja na contribuição patronal, ou seja, no aporte tesouro. É um jeito de olhar, mas, ao fim e ao cabo, é a mesma coisa. E esse é o resultado primário, que é uma coisa que é importante mostrar nessa apresentação que eu faço aqui para as senhoras e os senhores, do resultado.

Aqui a gente está pegando a comparação já do superávit primário no primeiro quadrimestre contra primeiro quadrimestre, mas a apresentação acho que, ao fim e ao cabo, do ano de 24, eu mencionei naquele grande quadro. Basicamente é isso. Eu acho que eu cumpri o rasgo, em grande medida, o combinado, presidente.

Eu estou disponível para as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, secretário. Acho que o tempo razoável, deu para dar uma nuance aqui do que realmente se realizou na Secretaria, cumprindo aqui constitucionalmente a sua passagem aqui nessa tarde do dia 17. Agora, nós vamos abrir a palavra aos Srs. Deputados. Acho que vamos combinar sempre 10 minutos para cada deputado, até 10 minutos, se quiserem fazer os seus comentários.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu pensei que ia ser o mesmo tempo do secretário.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Vou dar 10% do tempo para o senhor e está bom. Nove minutos, não, seis minutos.

Até 10 minutos para comentar, depois o secretário pode anotar e fazer a resposta no final, como é sempre feito, combinado assim, deputados? Então, o primeiro inscrito é o deputado Luiz Claudio Marcolino. Não, não. O primeiro inscrito é o deputado Rogério Santos. Desculpa.

**O SR. ROGÉRIO SANTOS - MDB** - Obrigado, presidente. Boa tarde, aos novos deputados, à deputada também. Cumprimentar o secretário Samuel Kinoshita pela apresentação.

A questão que eu trago, secretário, vem de uma preocupação. Nós temos aqui na casa uma moção, uma moção de apelo ao governo do estado, assinado por mais de 20 deputados, com relação a uma preocupação de adequação e reformulação do Programa Nota Fiscal Paulista e o repasse às entidades do terceiro setor. Porque com essa mudança da reforma tributária, o ICMS, que deixa de existir, e junto com o ISS, passa a ser o IBS, só que a cota de repasse do Programa Nota Fiscal Paulista é fundamentada hoje nesse repasse, em torno de 0,50%, e que isso vai ser alterado na legislação federal.

Se não me engano, 0,05%. Quem nos alertou sobre isso foi o professor Eduardo Viana, junto com a Márcia Bortolanza. Eu nem sei se ela está por aqui, mas que eles são responsáveis pelo movimento de apoio à cidadania fiscal e solidária.

Hoje, pelo menos 5 mil entidades que trabalham com a Saúde, Educação Social, Esporte, Meio Ambiente, com um atendimento de pelo menos 255 milhões de atendimentos por ano, dependem desse repasse. Hoje, 80% dessas entidades, do recurso dessas entidades, depende desse repasse. E que podem diminuir ou até encerrar as atividades, a depender de como seja encaminhado isso.

Eu gostaria de saber o seguinte, o que o Governo do Estado de São Paulo está pensando sobre isso, sobretudo a Secretaria da Fazenda e Planejamento? Como nós vamos fazer essa adequação? Está sendo feita uma alteração na legislação federal, quer dizer, existe a proposta da senadora Mara Gabrilli, acho que o Eduardo Braga e também os senadores estão tentando fazer um reajuste, mas, de qualquer maneira, o Estado vai precisar se readequar aqui dentro com esse repasse.

Eu não sei o que hoje está sendo feito, eu gostaria que o senhor pudesse comentar sobre isso, o que está sendo pensado para que o terceiro setor não ficasse desamparado nesse, sobretudo nessa questão do repasse. Eu acredito que vai ter que haver uma legislação, alteração na legislação estadual, mas se a Secretaria está fazendo, pensando em como vai ser encaminhado isso. Era isso, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Eu acho que, nesse caso, acho que se o senhor discordar, o secretário pode até responder de maneira sintética essa questão. Pode ser, senhor? Por favor, secretário.

Chama o Rogério para ficar aqui também, sentar aqui. Logo, o Rogério precisa socorrer o secretário. Fica aqui, Rogério.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu acho que podia, inclusive, ir perguntando e respondendo.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ok. Combinado, assim. Combinado. Então, secretário, por favor.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Deputado Rogério Santos, essa é uma preocupação pungente.

Na verdade, acho que não é só o senhor, o senhor também tem essa preocupação, soube disso. Outros deputados estaduais aqui na casa, eu diria que outros parlamentares, no plano federal, também alguns representantes nossos. O senhor mencionou a senadora Mara Gabrilli e ele também tem uma preocupação expressa até em um projeto.

O grande ponto, e esse na verdade, a Nota Fiscal Paulista é um programa com algum histórico aqui no estado de São Paulo, talvez quase duas décadas, 18 anos, talvez. Ele se modificou ao longo do tempo, então os aspectos foram sendo mudados ao longo do tempo, e agora vem essa reformulação da tributação, que é exatamente o que o senhor colocou. E gera ansiedade das entidades que estão nesse modelo corrente nosso.

É natural isso, é natural, e eu expressei para uma deputada estadual, inclusive, aqui, quando nós estivemos juntos no Palácio dos Bandeirantes, ela explicando a ansiedade das entidades, e, evidentemente, cada deputado vai ter uma ou mais entidades que é muito próxima de si e tem muito carinho pelo trabalho feito, é natural isso. A grande pergunta é como que vai se solidificar realmente o processamento daquilo que está lá programado para a cidadania fiscal, que é o 0,05, e como que vai ser a implementação, o senhor coloca bem, possivelmente a gente tem que fazer, posteriormente, a solidificação dessa conceituação, uma aplicação estadual aqui no estado de São Paulo. Me parece muito preliminar ainda determinar ou dizer que a gente tem um modelo se o que está acontecendo lá com relação à cidadania fiscal no plano federal ainda não está determinado.

A gente ainda tem um processamento a ser feito. Eu diria, talvez, aqui um trabalho mais de dizer eu compreendo uma ansiedade das entidades e, certamente, dos deputados que tem muito carinho pelas atividades filantrópicas, que a gente ainda tem um tempo para processar isso. Eu acho que isso se manifesta como teve uma reformulação do arcabouço muito significativa, sequencialmente, a gente vai dirimindo várias dúvidas ao longo da solidificação, da compreensão do que é essa reformulação da tributação do consumo no Brasil.

A aplicação à nota fiscal paulista é um caso desses, na verdade. A gente tem outros casos que talvez até venham a ser mencionados. A gente ainda tem um tempo no seguinte sentido.

O nosso ICMS, como está, ele ainda tem algum tempo e, assim, de alguma maneira, quando houver já essa transição, a gente vai ter um conhecimento melhor de como se vai processar aquilo que já está pré-determinado, inclusive, que é aquele 0,05 ou até a proposta da senadora Mara Gabrilli, eu entendo até que majora isso. Mas a questão toda é como que se vai processar aquele percentual que está lá determinado. É possível que a gente precise fazer uma

adaptação, uma translação, uma tradução daquilo para o estado, mas colocar uma proposta ou até, digamos, avançar mais neste momento é muito preliminar.

Como o senhor mesmo colocou, existem propostas de alteração daquilo que está do arcabouço lá. Então, se a gente se adianta nesse sentido, a gente pode ter que visitar essa questão mais de uma vez. Parece não desejável.

Seria bom que a gente tivesse uma consolidação, até porque tem algum tempo do ICMS. A gente vai ter o ICMS vigorando em 2025, 2026, 2027, e aí começa um processo de transição onde vai se diminuindo 10% anualmente até que no último ano da virada de 2032 para 2033, aquela metade do ICMS é totalmente, e aí em 2033, se não me engano, de 32 para 33. Então, em 2033, a gente está no novo sistema. E, de novo, até a parte da arrecadação também, tem uma transição longuíssima, que a gente estava até discutindo outro dia isso, com o governador Riedel, com o secretário Flávio, presidente do Comcefaz, lá em Campo Grande.

Assim, uma transição grande. Tem várias questões ainda que precisam ser dirimidas. Essa é uma delas que gera, por construção, ansiedade.

É compreensível. Eu acho, e aí não sei qual é a opinião dos parlamentares, das parlamentares, se a gente se move antes, inclusive, de uma configuração e de entender aquilo que vem da lei complementar nacional, da alteração constitucional, da lei complementar, para cá, a gente está se adiantando e, ao fim e ao cabo, não sei se é desejável isso. Talvez seja melhor entender melhor o que está acontecendo e ver qual é a forma.

E qual é a melhor forma de se processar o bom trabalho das filantrópicas? Será que é a fração que está lá determinada, outra fração? O que é que efetivamente o texto, o comando da lei complementar à nossa Constituição traz para os subnacionais?

Ou se a gente faz um suporte via orçamento? Não sei, um suporte via orçamentário ou alguma coisa que valha? Eu acho que está em aberto.

E aí, respondendo objetivamente a sua pergunta, eu acho que era importante contextualizar e eu acho que o senhor está muito bem-informado, tanto é que já na pergunta coloca esses pontos. Eu acho que essa é uma discussão importante que a gente vai ter ao longo dos próximos meses e talvez ano, 26 e 27, porque aí vai se aproximando, a gente vai ter a configuração mais sólida para conseguir saber qual é a melhor implicação. Eu acho que tem um papel, sim, é um papel e muitas dessas filantrópicas fazem um bom trabalho.

Como que a gente desenha isso para dar bons incentivos, para melhorar ainda mais? Está aberto, é um ponto em aberto.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado.  
Deputado Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Presidente, eu vou apresentar as diversas perguntas aí ele responde no final. Pode ser? Para não fazer uma por uma, pode ser? Secretário? Eu tenho, acho que, várias perguntas. É melhor falar todas e a V Exa. responde, pode ser?

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Pode ser, claro.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Na primeira, em relação à questão da reforma tributária, a gente recebeu uma demanda alguns dias atrás das entidades representativas, também dos servidores da Fazenda, os auditores fiscais do estado de São Paulo, que o estado de São Paulo ainda não tinha feito uma indicação para esse grupo da reforma tributária para fazer o acompanhamento. Depois é saber se vai ser feita essa indicação também dos representantes dos servidores e dos auditores para compor esse grupo. A outra é que, quando a gente pensa na adequação da reforma tributária, o senhor comentou em relação à questão da origem, destino, eu também acredito que São Paulo vai crescer bastante a arrecadação quando for executada a tributária.

Vai ter uma preocupação na questão da infraestrutura nas divisas. Nós, enquanto a gente está conversando com o pessoal em Taubaté, hoje tem algumas empresas indo embora de Taubaté em virtude da infraestrutura. A energia cai praticamente todo dia.

Aliás, a empresa ou faz um investimento maior próprio para garantir a autogeração ou um investimento público. E com a reforma tributária, na adequação, muitas fábricas estão em Rezende ali na divisa com o Rio, vai estar voltando para São Paulo. A mesma coisa vai acontecer na região da divisa com Minas, vai acontecer na divisa com Paraná.

Então, você vai ter praticamente muitas empresas que hoje estão na divisa voltando para São Paulo. Como é que o Estado está pensando na questão da infraestrutura nessas divisas para garantir que, de fato, haja, pelo Estado, uma previsão desse investimento pensando no médio e longo prazo? A outra pergunta é em relação hoje, a gente tem dialogado com vários municípios, eles têm colocado algumas preocupações.

O que está tendo muita transferência do que era do Estado a responsabilidade passando para os municípios. Vou dar um exemplo. Nós temos hoje a questão da merenda.

Os municípios estão começando e estão assumindo cada vez mais a questão da merenda nas escolas que antigamente eram do estado, nas escolas estaduais. Hoje o município acaba assumindo um valor inclusive menor do que o Estado pagava. Aí nós temos lá o estado, a cidade quer ter um bombeiro, tem lá a despesa que o município tem que arcar, quer montar a operação delegada, atua um pouco mais na especialidade, tem ali a questão da assistência social, que às vezes tinha uma contrapartida entre o governo e o município, mas está ficando tudo na mão do município.

Então os municípios têm questionado, que têm tido ao longo desses últimos anos, o aumento da despesa, que antigamente era atribuição do estado, está sendo repassado para o município. A Secretaria tem pensado alguma ação de, pelo menos, minimizar essa perda de arrecadação, que é uma perda de arrecadação. Você começa a assumir despesa, que em tese antigamente era do estado e hoje passa para o município, acaba diminuindo a arrecadação do município para compensar do que era do estado anteriormente.

A outra pergunta é em relação aos benefícios tributários. Na última vez que o senhor esteve aqui na audiência, foi colocada em relação aos benefícios tributários que é ter uma redução no montante total de 20 bilhões. Seria 30%.

Saiu, inclusive, o senhor em algumas entrevistas comentando que de 60 bilhões, que era a estimativa dos tributários, em 2023 a previsão era reduzir para 24, para 20 bilhões, em torno de 40 bilhões. Quando nós fechamos ano passado a LDO e depois a LOA, já aumentou em vez de 65 bilhões, que em tese era um per si de redução, subiu para 71 bilhões, quase 79, para 72 CMS. Então, ali você já tinha uma geração. A gente olhando agora, tem uma per si para 2026 ainda de projeção ainda maior.

Se houve agora essa adequação, que em torno de 15%, caindo em torno de nossos dados, em torno de 10 bilhões, 9,5, 10 bilhões, há uma redução, acho que ainda pequena, pela perspectiva que se tinha no anterior. Qual que é a preocupação? A gente tem acompanhado muitas audiências do orçamento, e eu tenho levado para os municípios, mostrando que, como você reduz, você passa no total, então, acaba na contraparte para os municípios, acaba reduzindo no orçamento municipal o repasse do estado para esses municípios.

Então, isso tem impactado. Ao mesmo tempo, a gente não vê por parte do Estado, como é que eu faço uma contrapartida para isso? Tem algum estudo do governo do estado, pela Fazenda, para fazer um repasse para os municípios dessa perda de arrecadação que tem em relação à decisão tributária? Tem município que chega a perder 13%, comparado com a sua arrecadação municipal. A média é 7, 8%, mas algumas chegam a impactar até 12, 13%.

A outra pergunta é em relação não é da gestão de vocês, vem da gestão anterior, mas tem alguns contratos, que eu avalio, que são draconianos, que foram executados na gestão anterior, mas que agora vai impactar na gestão de vocês.

Vamos pegar o metrô que está indo agora, a linha amarela, que vai até Taboão da Serra. É importante levar o metrô a Taboão da Serra, é importante levar o metrô até o Jardim Ângela, é importante levar o metrô até a cidade de Guarulhos, que é importante esse investimento para essas regiões. Qual é a nossa preocupação?

Você pega a linha amarela, já é uma linha privatizada. Você pega a Via Mobilidade, já é uma linha privatizada. E agora, para fazer a expansão, quem vai fazer a expansão dessa linha, seja na desapropriação, na estruturação do metrô, depois de fazer o processo das identificações, é o Tesouro do Estado.

Não é necessariamente a empresa que hoje é a dona, ou que faz a gestão dessas linhas, as concessões, que faz necessariamente o investimento. Aí você vai questionar, mas está no contrato. Tudo bem, está no contrato, mas a empresa já está privatizada.

Não é necessário fazer uma revisão desse contrato que foi feito com a Via Mobilidade, ou mesmo com a Via 4, delas serem mais responsáveis pelo processo de investimento e de expansão dessas linhas, até para que tenha recurso do tesouro para ampliar as linhas do metrô, da CPTM, para outras regiões do estado. Uma outra questão, você colocou aqui a questão de que hoje tem um tributo de investimento de 21 para 22 e de 23 para 24. Dentro desse investimento que tem, como é a relação do governo federal?

Quanto está entrando de recurso que vem do governo federal para ajudar nesses investimentos? Estamos ali, quando olhamos para o túnel Santos-Guarujá, para o trem Intercidades, o investimento que está sendo feito agora, voltou no Monotrilho e voltou no Rodoanel. Ali tem recurso do governo federal para impulsionar a retomada dessas aulas que estavam paradas também no ano anterior. Então, o recurso que vem do governo federal tem ajudado nessa diferença de investimento que você acabou apresentando?

A outra, de investimentos federais, se pudesse falar um pouco também dessa relação dos investimentos federais que têm ajudado agora com o desenvolvimento do estado, como é que o Tesouro tem trabalhado com esse recurso? Como é que vem a partir de empréstimo do BNDES, da Caixa Econômica Federal, o mesmo recurso direto? Como é que tem sido essa relação entre o governo do estado e o governo federal?

Outra, o déficit previdenciário. Foi apontado aqui um déficit previdenciário. Tem apontado aqui a questão do déficit previdenciário. A gente percebe que, tanto na área da Saúde e da Educação, que são as duas áreas que mais tem servidor público no estado de São Paulo,

você percebe que não existe mais por parte do governo do estado, um processo de contratação de novos servidores. Quando você não tem novos servidores, porque se você estivesse aumentando o número de servidores do governo de vocês, vamos pegar o próximo, ao médio prazo, você consegue diminuir o déficit previdenciário?

Porque você tem gente nova entrando na estrutura previdenciária e isso diminuiria automaticamente o déficit previdenciário que hoje foi apresentado. Tem alguma perspectiva pelo Estado de pensar um processo de novos concursos públicos até para ir oxigenando, trazendo mais profissionais para o estado? Isso, inclusive, ajudaria a diminuir o déficit previdenciário.

E o último, a gente tem conversado com algumas secretarias e também com prefeitos, que estão reclamando muito do contingenciamento. E agora em 2025 praticamente tem tido aí um contingenciamento grande por parte do Estado e qual que é a previsão do governo abrir a torneira? Começar a descontingenciar principalmente, pegando Saúde como referência, mas outras Secretarias também têm tido a mesma reclamação.

Então, tem previsão do descontingenciamento hoje do recurso do estado? São essas perguntas. Obrigado, senhor.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Já assumo essa última pergunta dele aí, também. Já estou assumindo essa última pergunta sua. É a primeira do Fábio Faria de Sá também, então já está eliminando três perguntas.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Deputado Marcolino, é uma alegria poder responder os seus questionamentos. Vou na sequência cronológica aqui do que o senhor fez. A questão da indicação dos representantes a compor o chamado Comitê Gestor e aí eu vou precisar explicar um pouco melhor a questão do Comitê Gestor para poder explicar a indicação.

Na verdade, ela foi feita assim, mas até pela forma como se processou a reforma tributária, a indicação para o representante do nosso estado no Conselho desse Comitê Gestor que vai gerir o novo IBS de maneira compartilhada entre os subnacionais e com a sua representação 27 representantes dos estados 27 dos municípios. E tem uma grande disputa, na verdade, hoje ocorrendo, não sei se você está acompanhando por parte dos representantes dos municípios. As representações municipalistas têm uma disputa entre elas, a Confederação e a FNP.

Mas aqui a pergunta é na representação dos estados. Especificamente os 27 representantes até pela forma como se configurou no texto são secretários de fazenda ou

análogos, mas são secretários de fazenda qual seja o secretário de Fazenda do estado de São Paulo é o representante no Conselho. O que o senhor está mencionando e essa é uma questão bastante relevante, diz respeito à indicação digamos da suplência desse representante no Conselho Superior.

E esse é um ponto que gerou mais debate do que eu imaginei em princípio. E eu vou explicar um pouco. Na verdade, eu fiz a indicação do secretário executivo como sendo suplente do secretário da Fazenda no Conselho Superior.

Em princípio eu não vi como um grande motivo de digamos contenda ou coisa que o valha. E aí eu digo da minha carreira. Eu acho que teve muita, e talvez tenha chegado ao senhor essa motivação, muita assim, não vou chamar de contrariedade, mas desgosto porque gostariam que alguém da minha carreira fosse um suplente.

E eu falo da minha carreira porque emocionalmente eu sou da carreira, mas assim, eu na verdade não tenho vínculo. Eu sou um economista sem vínculo. E o fato é que eu acabei por indicar o secretário adjunto ou secretário executivo como um suplente que me substituiria nas minhas faltas nesse Conselho Superior.

Eu entendo, na verdade, que do ponto de vista legal, estrito, quando a gente fez essa indicação, e essa indicação foi minha, porque eu falei, olha, nada mais natural do que o secretário ser substituído na participação na sua falta pelo secretário executivo. Não vi um grande problema nisso. Na verdade, eu tenho um grande apreço pela carreira, pela carreira dos auditores fiscais.

Eu acho que tem gente muito qualificada que perfeitamente, em tese, poderia ser, digamos, funcionar como uma suplência na minha falta. Zero problema. Eu acho que, na verdade, teria ótima representação.

Eu achei que seria natural que o secretário executivo, como já é hoje, faz dois anos e meio que, na minha ausência, o secretário executivo me substitui em tudo, não só no futuro Comitê de Gestor que vai processar, no Conselho Superior que vai processar. Achei bastante natural. Acho que a carreira, na verdade, tem quadros belíssimos.

Seria fácil identificar, assim, alguns deles que teriam total capacidade de representar o nosso estado. Não só tecnicamente, como tem muito, mas com, digamos, com garbo, com ótimo desempenho e totalmente aderente ao nosso estado. Então eu fiquei até surpreso, porque acho que, realmente, se não me engano, foi o deputado Faria, não foi?

O deputado Faria fez inclusive uma requisição, já foi respondido. Assim, do ponto de vista legal, técnico, não tem nada que diga que deveria ser alguém da carreira na suplência do

Comitê de Gestor. Eu julgo que o secretário executivo já está me substituindo há dois anos e meio.

Então não vejo como uma grande novidade. E acho natural que fosse exatamente uma, ao longo do tempo, você pode ter eventos em que você vai ter um secretário executivo auditor aqui do nosso que tem gente maravilhosa. O chefe de gabinete, por exemplo, é um auditor.

Possivelmente poderia ser um secretário executivo? Sem dúvida nenhuma. Ou poderia ser o subsecretário da Receita?

Sem dúvida nenhuma. Esse ou o anterior. Mas foi mais uma questão, assim, não julguei que geraria uma insatisfação.

O único ponto que eu vejo, e eu disse isso, porque o que eu falo, eu falo aqui para os senhores, e eu tenho um dever de me reportar, mas eu falo isso abertamente, eu falo isso quando fui visitar a Associação da Carreira e tinha bastante gente lá. O único fato que eu gosto realmente e que de alguma maneira me mexe comigo é a ideia de que qualquer forma de desprestígio da carreira por não fazer parte, quando não necessariamente deveria, mas pode ou não, dependendo de quem for o secretário executivo, normal. Eu não queria passar essa mensagem.

A única coisa que, pelo contrário, eu tenho todo o intuito, na verdade, prestigiar uma carreira que está fazendo um trabalho belíssimo, belíssimo. Eu digo isso abertamente. Os auditores fiscais, os AFs aqui de São Paulo estão fazendo um trabalho estupendo, excelente.

Eu acho que do ponto de vista filosófico para além da questão legalista ou até prática, que eu acabei de citar, eu já estou sendo substituído pelo secretário executivo. Se houver qualquer tipo de problema, assim, a substituição não é no Conselho Superior, a substituição é instantânea. Tudo o que a gente faz.

Quer dizer, o fato de ter um servidor com vínculo federal, a gente tem N questões que estão sendo debatidas junto à União. Sempre com muito profissionalismo, nunca tivemos um grande problema, mas sempre atuou em prol do nosso estado de São Paulo. Então, se tivesse algum problema ou se tem algum problema, não é no futuro Conselho que será instituído.

É um problema que a gente tem hoje, e não há. Não há. Não só eu aprecio muito o trabalho do secretário executivo, que está aqui do meu lado, então, assim, talvez eu seja viesado para diminuir o elogio, acho que ele faz um grande trabalho por São Paulo, como outros colegas nossos da carreira fariam um excelente trabalho também por São Paulo.

Então, eu não vejo um grande problema. O grande assunto, para mim, é como eu prestigio a minha carreira, emocionalmente falando, esse vínculo é emocional, como eu prestigio a minha carreira que vem fazendo um grande trabalho. Isso que é o grande lance.

Eu não acho que esse necessariamente seria o veículo, pode ou não ser. Filosoficamente, e aí eu digo filosoficamente mesmo, acho que a representação no âmbito do Conselho é uma representação que vem de uma indicação, fui eu que fiz a indicação da minha suplência, mas o governador nem... Mas o fato, eu acho até que a representação do estado ela deriva de alguma forma de corroboração democrática, da democracia representativa.

Então, se elege, eu não fui eleito, eu sou só um economista que foi chamado para fazer esse papel entre o político e o técnico, é uma derivação dessa representação. Então, se há um problema, o problema se manifesta muito anterior à questão do Conselho Superior. Não teria, na minha opinião, não seria um grande problema, olhando para frente, ter uma suplência de alguém não é um problema, na verdade seja bacana, eu acho que é bom e eu acho que em algum momento vai acontecer.

Mas eu acho que até a forma como nós processamos isso, eu estou muito tranquilo. Seja bastante franco, respondi o deputado Faria, respondo o senhor, o deputado Marcolino, eu acho que eu acho tranquilo, eu acho que algumas, eu não diria da carreira, algumas pessoas da minha carreira acharam que deveria ser feito de outro jeito, compreensível, eu não acho que é um... Mas eu gostaria que a carreira, isso não é mais de representação, mas a carreira percebesse que eu não tenho intuito nenhum de pelo contrário, eu quero prestigiar a carreira, então, a ver, olhando como a gente pode fazer isso.

Com relação à infraestrutura, eu achei a sua pergunta muito boa, deputado Marcolino. É um ponto que, inclusive, eu fiz nessa apresentação lá em Campo Grande, dez dias atrás, eu fui convidado para ter esse debate. O secretário especial Bernard Appy foi nesse painel, eu, Bernard Appy, o presidente do Comcefaz, que é o secretário da Fazenda lá do Mato Grosso do Sul, a secretária de Alagoas, representando o Nordeste, e o secretário, o vice-presidente do Comcefaz, representando, na verdade, a região norte.

Então, teve uma multiplicidade de apresentações. É um ponto que eu fiz lá, e lá, na verdade, a ansiedade com a reforma tributária é maior ainda que no nosso estado, porque a gente tem alguma equivalência entre produção e consumo, no caso deles, é bem mais desnivelado em direção à produção, mas eu disse lá aquilo que eu percebi na fala do governador Riedel, e na fala do secretário, por óbvio, e aquilo que eu realmente acredito, e eu acho que isso tem muito a ver com a sua pergunta, que é como nós vamos nos preparar para o futuro que se avizinha. Então, no caso do Mato Grosso do Sul, é uma preparação realmente de como eu vou utilizar os bons recursos e, inclusive, até o Fundo de Desenvolvimento Regional, para preparar a economia deles para o futuro que se avizinha.

E o governador fez uma boa fala, assim, olha, eu vou precisar a indústria lá de, digamos, papel, está tendo um investimento muito grande no Mato Grosso do Sul, na questão da celulose, as fábricas gigantescas. A gente tem uma gigante aqui, se eu não me engano, próxima a Bauru, na verdade, em Lençóis, que é da Brastel, que é muito grande, e eu fiquei impressionadíssimo quando eu visitei com o governador. E eu tive a notícia que, na verdade, construíram recentemente lá uma que é o dobro do tamanho da que temos aqui.

E aí a Suzano construiu uma outra. Outras firmas estão construindo. É muito forte esse investimento.

Existe, aparentemente, uma vantagem comparativa bem pronunciada nesse setor. Evidentemente, eles vão precisar investir na infraestrutura, inclusive, para escoar essa produção. Como que vai tratar isso?

Ou como agregar mais valor naquilo que está sendo feito? E eu vejo que o governador está refletindo sobre isso. Ainda é incipiente, mas já está se pensando nisso.

E eu acho que os estados vão acabar se diferenciando naqueles que vão fazer bons estudos e se preparar nisso. E eu acho, por isso que eu julgo a sua pergunta muito boa. Muito boa por quê?

Eu acho que esse é o grande ponto olhando para frente, para o futuro. Eu disse isso à secretária da Fazenda de Sergipe. A gente esteve na reunião do BID lá em Santiago.

Falei assim, você já se preparou? Porque você vai levar para o seu governador e vai ter uma alteração muito substancial. Quais são os setores da economia que o governador gostaria de estimular olhando para o futuro?

Quais são as boas apostas da economia sergipana olhando para o futuro? E ela falou, puxa, faz muito sentido. Então, vamos ter que contratar, trazer novas visões, análises, fomentar esse debate para deixar posto.

Eu acho que vai ter uma grande diferenciação entre os estados no seguinte sentido. Aqueles governadores e suas assembleias, por conseguinte, que estiverem preparados para o futuro, eu acho que vão ter uma diferenciação em relação àqueles que vão utilizar esses recursos de maneira, digamos, menor. Às vezes, pode ser que uma subvenção seja boa, mas pode ser totalmente direcionada para um negócio que é menor.

E eu acho que a sua pergunta é muito boa mesmo, porque você está dizendo, olha, e a infraestrutura na atração ou trazer de volta várias dessas firmas? Eu tive recentemente um jantar com os proprietários de grandes firmas aqui do País e eu fiz exatamente essa análise com relação à reforma tributária. Tem muita potencialidade para o nosso estado de São Paulo e é daí o nosso posicionamento.

Também tem riscos, a gente tem que proteger esses riscos. Isso, assim, sem imputar nada negativo, mas existem. É uma mudança muito grande de arcabouço.

E quando eu fiz essa leitura, depois a gente foi jantar, eu falei, eu acho que você está absolutamente correto, secretário. Eu falei, é mesmo? E eu disse a eles lá em cima, durante a minha apresentação, eu falei, olha, num raio de 100, 150 quilômetros, eu espero um readensamento da produção aqui no estado de São Paulo.

De trazer, não necessariamente só na fronteira, mas um readensamento em torno do mercado consumidor. Em boa medida, em torno da capital e até Campinas, digamos, onde tem muita renda, uma população muito pronunciada. Ele falou, e ele é economista também, ele fez mestrado lá na PUC-Rio e ele me disse uma coisa que eu melhorei a minha forma de processar.

Eu entendo, na verdade, ele tem fábricas pelo mundo todo. Tem fábricas, inclusive, ele precisa expandir, ele precisa de uma nova planta, porque a produção dele está chegando no limite. Ele tem plantas, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, que ele foi pra Três Lagoas, bem na divisa conosco, e ele falou, estou considerando ir para outra localização.

Eu estava pensando em Minas Gerais, porque tem ofertas, né, de crédito outorgado, um pacote. Só que eu ouvi, eu acho que faz todo sentido o que o senhor falou. Que coisa boa, vamos chamar aqui alguém, vamos procurar, pô, sei lá, Jundiaí, Sorocaba, deputado Carlos César Sorocaba, Jundiaí, São José dos Campos.

Eu fiz o speech, eu fiz a venda de São Paulo num sentido, olha, tem uma distância da capital, que é muito fácil. Ele falou, no caso de São Paulo, pela infraestrutura, que já tem e está melhorando, e aí eu estou sendo viesado, porque eu acredito nos projetos do governador Tarcísio. Mas eu consigo me localizar até mais distante do que meramente 100 quilômetros, porque às vezes Jundiaí ou Vinhedo etc., o preço do terreno, o aluguel já é mais elevado.

Eu não preciso necessariamente me localizar em Sorocaba ou Jundiaí. Eu posso ir 200, 250, 300 quilômetros para dentro de São Paulo e eu vou ter a capacidade de escoar a minha produção em direção ao centro consumidor de São Paulo, Rio de Janeiro etc. Então eu acho que a gente vai ter um grande avanço nesse sentido, ter um incentivo econômico, como os economistas dizem, a uma localização até um pouquinho mais dilatada.

Quem sabe Bauru, Marília, eu fiz essa análise em Marília recentemente, a turma adorou, por óbvio. Mas não é só Sorocaba que ganha. Ah, eu vou dar uma acelerada.

Mas assim, a sua pergunta é muito boa. Acho que ainda é um momento inicial, mas eu acho que essa pergunta tem que ser refeita, porque não é só na fronteira nenhuma. É como que o Estado se prepara.

No caso nosso, talvez, a própria dinâmica da nossa economia, que é mais pujante mesmo, sem embargo, sem arrogância alguma, talvez seja menos efetiva, mas continua sendo uma boa pergunta. Pergunta do senhor. Mas em estados como Mato Grosso do Sul, Sergipe etc., se preparar para usar o bom recurso, eu acho que vai ser fundamental. Então, julgo assim, muito boa pergunta. A questão de serviços ou atividades assumidas pelos municípios, eu confesso desconhecer a questão mais ampla. Na verdade, também, por outro lado, eu vejo vários enfrentamentos de questões por parte do governo de estado, mais recentemente, em direção ao município.

Vou dar um exemplo. Recentemente, eu tive uma discussão com o secretário Feder e o governador. Acho que a gente faz um apoio, por exemplo, à atividade de creches, com um volume razoável de recurso, razoável, eu diria até bom, de recursos.

Então, assim, eu acho que tem um caminho de duas vezes. Você lembra quanto tem o valor? Acho que uns 50 milhões.

Eu julgo que eu entendo, e eu acho que a questão municipalista tem algumas questões que, talvez, no âmbito mais amplo, não estão sendo endereçadas, como a população local imagina. É possível que o município acabe abarcando, de alguma maneira.

Eu vejo, também, bastante coisa que o Estado consegue colocar. Eu estou citando aqui a questão da Secretaria de Educação, que não é, em tese, uma atribuição do governo do estado. É mais local, mais municipal.

Estou citando creches. Assim, o grande investimento da Saúde, citada a questão da tabela SUS paulista. Então, eu acho que é uma via de duas mãos.

Eu gostaria de ver essa análise, até, do ponto de vista líquido. Mas, sendo justo, eu vou ter que dar uma olhada e, talvez, numa próxima, a gente volta a falar. Sobre a questão dos benefícios tributários, eu vou ser muito sintético, mas é exatamente aquilo que eu falei para o senhor.

Eu não me recordo, eu acho que, realmente, eu não disse que reduziria em 20 bilhões a estimativa de renúncia. O que eu acho que teve foi uma menção, e, talvez, não com uma interpretação perfeita, do próprio governador acerca da dimensão do São Paulo na direção certa, que contemplaria várias ações. E era uma expectativa.

Normal, eu acho que isso, no processamento do Executivo, você tem uma expectativa em relação a um programa mais amplo. Talvez tenha sido desenhado ou atribuído aqueles 20 bilhões para a ação específica de revisão de benefícios tributários. Eu nunca disse, mas eu acho que ele colocou os 20 como um negócio do São Paulo Na Direção Certa e colocado para a revisão de benefícios.

Até porque eu não falaria isso, eu tenho convicção, por um motivo. A gente nunca entrou na questão da reavaliação da política pública praticada, em específico dos benefícios tributários, com motivação arrecadatória. Já teve alguns eventos de busca ou de diminuição do gasto tributário no Brasil.

O deputado Benevides mencionou que no Ceará ele fez, em alguma medida, um tempo atrás, quando ele era secretário, a Cris lá em Goiás, eu acho que fez em alguma medida. E aqui a gente teve também em 2020, em outubro de 2020, o chamado ajuste fiscal, que teve uma diminuição do gasto tributário. O que liga esses eventos?

É uma busca de diminuição per se do gasto tributário. Então, é um objetivo diminuir o gasto tributário. O nosso objetivo primordial não era necessariamente arrecadatório.

Era uma consequência esperada disso. O que eu estou chamando de objetivo primordial? O nosso objetivo era tornar a política pública a melhor, dado a melhor possível, ou um grande avanço, da política pública praticada na esfera tributária, revisando todos os artigos que estão lá, constando do nosso regulamento.

São muitos artigos, muita estimativa de denúncia e, na verdade, o posicionamento histórico do senhor, do deputado Fiorillo, sempre foi muito, assim, precisa jogar luz nisso. E, veja, foi feito um grande avanço nisso. E o objetivo não era arrecadatório, diferentemente dos outros episódios que eu me recordo, assim, de diminuição do gasto tributário.

São poucos. É superdifícil, na verdade, no plano federal. Algumas administrações, e não estou imputando nesta administração, mas algumas administrações buscam isso.

É complexo. Por isso que eu julgo que é um grande avanço que o governador Tarcísio fez. A questão dos 20 bilhões, eu acho que foi talvez uma leitura de uma fala dele que se referia, eu entendo, ao conjunto mais amplo.

Porque a gente não atinge, se não era o objetivo, eu acho que eu consigo explicar, porque não era o objetivo de aumentar a arrecadação. O objetivo era se essa política faz sentido hoje, em 2025, ou ela fazia sentido em 1995 ou 2005, mas hoje já não faz mais. Mas eu sabia que, obviamente, a gente ia diminuir substancialmente a estimativa de receita.

Quando você tem 263 artigos, nunca é revisado, são décadas de ICMS. Poxa, tem um acúmulo. Muito provavelmente, você vai ter uma diminuição expressiva da estimativa de receita. E isso vai se transmutar também em arrecadação.

Depende das velocidades, o que vai ser o equilíbrio geral, vai ter um aumento de arrecadação. Mas não era o objetivo inicial. Daí que eu tenho convicção que eu jamais falei em 20 ou qualquer número, mesmo 10, jamais disse isso.

Porque o ponto era a reavaliação. Como consequência, a gente tem uma grande diminuição. Aí o senhor mencionou que realmente tem uma expansão do número.

Como eu disse, a primeira coisa, quando a gente compara os PLDOs de 2025 e 2026, a gente, quando faz o PLDO de 2025, estamos em abril de 2024. Então, a gente está pegando dados ali do começo do ano de 2024 e o ano de 2024, afortunadamente, a gente tem uma arrecadação de ICMS que é superior àquilo que se imagina inicialmente. Então, é como se a gente, quando a gente vai fazer a projeção, a gente tem uma base mais elevada para 2026.

Então, a gente está em um patamar mais elevado. Mas quando a gente compara aquilo que foi, e tem uma relação entre a estimativa de arrecadação de ICMS e as renúncias, ela não é perfeita, mas ela é próxima. O que a gente vê é que a gente estava saindo de uma base mais baixa.

Parece que esse delta, essa diferença, ela é maior do que é. Na verdade, ao colocar aqui, você vê que já tem uma diferença menor. Aí você fala, mas ainda tem uma diferença?

Metade do caminho daqueles 78 para os 70 que talvez alguns colegas tenham colocado. E nessa parte aqui, esse é um quadrozinho rápido sobre os artigos que foram cortados, os ajustados. Também vai estar disponível, sem dúvida.

Mas um ponto que eu fiz, que é o segundo ponto, é que em alguns benefícios, em específico de isenções, a gente teve uma mudança, por conta dos anos base de 2022 e 2023, que, por causa das isenções, foi o que foi usado para configurar as PLDOs 25 e 26, teve uma utilização muito pronunciada, muito diferente. Aí você fala assim, puxa, mas quais deles? Não, todos estão mexendo o tempo todo.

Em geral, algo que se cancelam de maneira relativa. Mas nesse evento, não. E por isso que foi importante.

E eu julgo que esse não é um tema fácil de depreender. Eu julgo que é complexo. Mas quando a gente vai lá e está lá naquele detalhamento dos gastos tributários, nas PLDOs, na PLDO de 2026 está na página 50.

Na PL... Não, 26 está na página 50. Na PLDO de 2025 está na página 49, onde começa o detalhamento do gasto tributário.

Na primeira tabela, a gente já vê um caso. Por exemplo, aquele artigo 2, ou artigo 2º, do anexo 1, que são as isenções, a gente sai de uma... E aqui, de novo, eles estão nos seus anos base, de 2022 e 2023.

Para fazer qualquer extrapolação, a gente tem que atualizá-los pela evolução da receita. Mas já dá para ver de pronto uma grande discrepância. No artigo 2, AIDS, Medicamentos para Tratamento, a gente sai de 431 milhões para 1,710 bilhão.

Independente de atualização, a gente tem uma mudança de magnitude. E de onde deriva essa mudança de magnitude? Foi uma alteração da política pública aqui praticada no estado de São Paulo?

Não. Na verdade, esses são convênios com Confaz, usualmente estimulados através de ofícios do Ministério da Saúde, Anvisa, mas, em geral, o Ministério da Saúde, provoca o colegiado dos secretários de fazenda, eles aprovam um convênio, esse convênio é aprovado, os convênios são do início dos anos 90, 2000, e eles têm listas de medicamentos que são anexados nesses convênios. Essas listas podem se alterar ao longo do tempo.

E foi o que aconteceu no final de 2022. Então, quando a gente compara o ano base de 2022 com o ano base de 2023, algumas listas se expandiram significativamente. Eu acho que toda política pública precisa ser revisada, mas essa é uma revisão que teria que se processar até no âmbito do Confaz, porque é o convênio que permite que os estados implementem.

E os estados, em geral, todos implementam. Então, não tem algo aqui nosso. Quando a gente faz uma comparação, tem cinco artigos de áreas da Saúde que tiveram uma expansão grande, por conta dessas modificações que são submetidas pelo Ministério da Saúde e processadas nesse convênio de Confaz.

Por exemplo, tratamento de câncer...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Sr. Secretário, desculpe incomodá-lo, mas nós temos que ser mais objetivos nas respostas, porque nós temos mais deputados inscritos para responder, para falar, e nós temos que terminar essa sessão aqui até as 16h25.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Ah, é a Ordem do Dia, 16h30.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Então, por favor, eu queria que você desse uma agilizada nas respostas, por favor.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Eu vou ter alegria, na verdade.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Porque temos mais deputados para fazer os seus questionamentos.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Não, presidente, eu lhe agradeço, desculpa.

É que esse é um tema bem denso, na verdade. Benefício tributário é denso. E é por isso que eu acho que gera muito debate, porque a compreensão precisa ser mais minuciosa.

3Nesse caso, tem cinco artigos, tem uma expansão muito grande. Por exemplo, tratamento de câncer. A gente sai de 930 milhões para 4,131 bilhões.

Em poucos artigos, a gente tem uma expansão atualizada de 7,5, 8 bilhões de reais. É isso que explica. É a soma da questão 1, que eu falei, da base, teve uma evolução da base, diminui esse delta em, sei lá, metade da distância.

E a outra parte, alguns itens específicos. Eu acho que toda política pública tem que passar por um processo de reavaliação, mas essa não é necessariamente feita no âmbito de... A não ser que a gente chegasse à conclusão, olha, não vou renovar um convênio de isenção de tratamento de câncer.

Nem a oposição, nem a situação vai ser de pronto falar, não. Claro, tem que olhar no detalhe, mas isso é em outro âmbito. Então, só para fechar, a questão dos contratos do Metrô, eu acho que isso traz um ponto importante.

Como que a gente faz uma boa avaliação do sistema de mobilidade de transportes públicos? Quais são os incentivos e como que se processa isso tudo? Eu acho que o melhor secretário para falar sobre isso, talvez seja o secretário de Transportes, pode ter o secretário de Transporte Metropolitano, que é o nosso a salve, o próprio Benini, que participa de várias aqui, e talvez de uma maneira um pouco mais ampla de logística, talvez a Natália, mas certamente eu posso falar menos, porque eu não entro muito no detalhe, eu entro mais na parte do financiamento.

Uma parte do investimento, se eu falar da participação do governo federal, a gente tem, sim, alguns desses projetos que eles têm financiamento de bancos públicos, sim, do BNDES, eu acho que é isso que você se refere. E, de fato, alguns bancos públicos da esfera federal, mas isso nunca foi intuito desta administração, pelo menos parece ser o comando, tanto que o governador Tarcísio tem aparecido junto ao presidente Lula, esse financiamento ser feito por um banco público, o BNDES, a Caixa, mesmo o Banco do Brasil, nunca foi um óbice, mas são carteiras amplas, tem boas taxas, é racional para o estado de São Paulo às vezes, quase sempre, pegar um financiamento do BNDES ou da Caixa Econômica, quando está utilizando linhas específicas ainda privilegiadas.

Então, a participação, eu acho que nunca foi negado, até politicamente falando, o governador aparece em questão de situação, oposição, mas ele aparece nos eventos, eu acho que não... Mas, sim, eu acho que alguns bancos públicos fazem o financiamento desse projeto. E consta no PAC, inclusive, eu acho que não tem um, déficit previdenciário, aí essa é uma que

eu jogo para a Secretaria de Gestão, qual é a lógica ou a estratégia da administração pública com relação ao futuro do serviço público mesmo, quer dizer, o que a gente vai precisar em 5, 10 anos e como e aí o seu apontamento, como que isso impacta na forma como se processa até a ideia do déficit.

Aqui, o meu, a minha posição aqui é um pouco mais eu sou acionado, a gente tem que pagar, mas essa estratégia, estratégia de recursos humanos, ela é processada na Secretaria de Gestão, ou do secretário Caio de Andrade, imagino que ele possa também explicar um pouco melhor essa estratégia, eu não vou entrar nesse ponto.

No contingenciamento, o contingenciamento assim, com franqueza, é um instrumento usual da prática orçamentária brasileira, seja na esfera federal ou aqui, é natural, em especial, que a gente tenha um, indo para uma finalização, passando a metade da administração, que é concluir, concluir os projetos e isso é aspiração também dos deputados, isso vai depender da evolução, da perspectiva macroeconômica global, nacional, local, eu acho que esse contingenciamento se dá sempre nos termos.

E eu entendo a ansiedade, deputado, eu entendo isso, tem algumas práticas que a gente precisa resguardar, mas o processo usual, isso se dá no governo federal, se dá aqui, eu acho que não é uma grande, não gera contenda, eu tentei ser rápido, desculpa, viu, mas eu vou ficar feliz em receber o deputado Marcolino para a gente discutir benefícios tributários, eu não acho...

Não, a resposta é isso, é uma prática orçamentária nacional, da forma como se processam os orçamentos, acontece no governo federal, acontece nos estaduais, ela depende da evolução, da perspectiva de evolução da arrecadação, então a nossa marcação, ela tem que ser se coadunar àquilo que a gente está vislumbrando, veja, no ano passado, quando a gente teve uma boa...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - É que o que os prefeitos querem saber...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado, vamos passar para o deputado Enio Tatto, por gentileza.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Agora é a minha vez.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Nós temos ainda trinta minutos para complementar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Deputado Enio, com a permissão da V. Exa., apenas para saber a lista dos inscritos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Enio e deputado Danilo Campetti.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - E o próximo?

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Enio e deputado Danilo Campetti.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Eu sou o último, lembra?

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Você está se inscrevendo agora então. Lembrando, nós temos 30 minutos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Cumprimentar ao secretário Samuel. Cumprimentar ao Rogério Campos. Saudade de tê-los aqui, porque passaram-se quatro quadrimestres, né? Três quadrimestres. E eu percebo que o secretário está tão animado, é tão diferente de quando o Felipe Salto vinha aqui na Comissão de Finanças e Orçamento, na época do Doria e na época do Bolsonaro, lá em Brasília.

E eu percebo que o senhor está muito animado, feliz da vida, com a economia aqui no estado de São Paulo, fruto da economia no País, também. E é impressionante a parceria, e o senhor acabou de relatar agora, a importante parceria do Governo do Estado de São Paulo, o Tarcísio, com o governo federal, o Lula. E, assim, o secretário nosso com o Haddad.

E é bom para o estado de São Paulo. E o senhor deve estar muito feliz, porque a transferência da União tinha uma previsão de 4,1 bilhões, cresceu 31% os repasses do governo federal para o governo de São Paulo. Então, isso é muito bom.

E a gente percebe que todas as grandes obras do Governo do Estado de São Paulo, que está prevista, túnel do Santos e Guarujá, Campinas com São Paulo, Rodoanel, os metrô da nossa querida região, estava aqui o deputado de Taboão da Serra, do Jardim Ângela. Tudo sendo previsto que vai funcionar e vai sair dessa vez. Graças ao quê?

Graças a boa parceria e investimento do governo federal no estado de São Paulo. Isso ninguém pode falar que não existe. Isso é bom para o estado de São Paulo.

Agora, tem algumas coisas, e eu queria aterrissar um pouco, porque a gente percebe que a economia do estado de São Paulo é pujante, é muito bom, mas a população do estado de São Paulo não vive da forma positiva como está a economia no estado de São Paulo. A população reclama muito. A população está muito pobre.

E é verdade isso. Eu estive no Vale do Ribeira semana passada, estive na minha região da Zona Sul, visitando as escolas, falando com os prefeitos, e a gente percebe que não é a mesma simpatia em tudo aquilo que a gente fala do estado de São Paulo. Então, em algumas perguntas aqui que eu fico, que o deputado Marcolino colocou algumas, mas eu queria reforçar.

O senhor falou da dívida ativa. Falou da lei, o deputado Camarinha foi o relator, muito boa. A gente fez uma discussão, inclusive, no Colégio de Líderes, e nós aprovamos.

Então, em 2023, foi recuperado 4 bilhões da dívida ativa. Só que foram inscritos na dívida ativa 27,4 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Enio, desculpa. Sem prejuízo da palavra de V. Exa., deram uma sugestão aqui, vamos ver se os secretários e as V. Exas. concordam. Nós temos que abrir o horário do dia 16h30, onde, com certeza, a bancada, vocês vão apresentar a emenda de plenário. A gente poderia suspender aqui 16h25, abrir sessão, apresentar, se concordarem, já que o secretário está tão feliz, quer falar. Os deputados querem perguntar, e voltaremos depois aqui dessa... Suspendemos 20 minutos, vocês tomam café também, tomam água, e voltamos depois. Pode ser assim, secretários? Combinado?

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Se for necessário.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Se for necessário. Mas os deputados aqui querem perguntar também e o Rogério e o secretário querem responder bem.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Ótimo. Então, eu estava falando de 23, que aumentou a dívida ativa. Em 2024, a recuperação foi de R\$ 7 bilhões, mas foi inscrito R\$ 34 bilhões.

Então, a primeira pergunta é o que está acontecendo de tanta dívida, indo para a dívida ativa? Falta de auditores, fiscais, falta de fiscalização no estado de São Paulo. Por que cresce

essa dívida ativa tanto assim, sendo que teve um programa que o senhor colocou que foi eficaz das pessoas parcelarem?

Acabou aquela época, a gente parcelava, fazia um Refis, a pessoa pagava a primeira parcela, entrava no Refis, depois não pagava mais e esperava outro Refis. E não pagava os impostos. Renúncias fiscais.

Renúncias fiscais. É verdade, na LDO, que chegou aqui na Assembleia Legislativa, a previsão é aumentar em 20% as renúncias fiscais. Por que tanta renúncia fiscal assim?

Quem está se beneficiando tanto assim? A contrapartida está acontecendo? De quem tem esse privilégio, essas renúncias fiscais?

Porque a gente, inclusive no governo federal, tem muito debate, temos que reduzir o custo, temos que reduzir a máquina, mas quando falam em reduzir a máquina, é não dar aumento para o funcionário público, é não dar aumento para o salário-mínimo, é não dar aumento para o Bolsa Família. É isso que eles falam, mas ninguém fala das renúncias fiscais, que é dos grandes empresários, que têm suas contribuições para o País e para o estado de São Paulo, mas a gente não tem clareza e não tem transparência sobre essas renúncias fiscais. E por que, com toda essa revisão que o senhor colocou, a previsão na LDO, que chega aqui na Assembleia Legislativa, é de um aumento de 20% nas renúncias fiscais.

Onde que vai parar isso? Na LDO, chega a R\$ 85,6 bilhões as renúncias fiscais. Sobre as audiências públicas, aí mais uma questão sindical.

Nós fizemos audiências públicas em toda o estado de São Paulo e nós fizemos uma indicação de R\$ 40 milhões. O deputado Gilmaci preside essa Comissão de Finanças e Orçamento nas audiências públicas. Isso, na aprovação do orçamento, foi acertado junto com o presidente da casa, André do Prado, o líder do governo e o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

A previsão de pagar esses R\$ 40 milhões era até o final de junho. Como que está essa previsão? Como que está esses pagamentos?

Até agora, nenhum município que a gente indicou, nenhuma entidade falou que recebeu sequer o cadastro dessas emendas. Isso tem muito a ver conosco da Comissão de Finanças e Orçamento, porque nós vamos começar a rodar o estado novamente em agosto e setembro, e nós não podemos chegar nos municípios, nas regiões, sem que esses valores tenham sido pagos para os municípios, as entidades, as Santas Casas de todo o estado de São Paulo. Vou pular isso daqui.

Eu percebi aqui também um aumento na despesa com publicidade. O ano passado foi R\$ 238 milhões em 2023. Esse ano pulou para R\$ 341 milhões.

42,85% de aumento na publicidade no estado de São Paulo. Todo mundo sabe aqui que, em um ano eleitoral, é feita a média dos últimos dois anos. Então, para o ano que vem, em 2026, parece que está sendo preparada muito bem a publicidade de 2026, que foi o que a gente aprovou aqui o ano passado, e esse ano com 42,85%.

É muito aumento na publicidade para o ano que vem. Chegou um projeto aqui que nós vamos dar entrada em emenda de plenário e provavelmente vai ser pautado amanhã ou na semana que vem, que é o Superação. Superação que vai atender 105 mil famílias com R\$ 500 milhões.

Eu falei no dia que a secretária Natália veio aqui que é muito tímido esse projeto. Chega a ser...

**O SR.** - A secretária Andressa né?

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Andressa, desculpa. É que falou da Natália. Como é que um estado como São Paulo, com tanto problema de pobreza, os municípios precisando tanto da área da Assistência Social, vem um projeto para cá com R\$ 500 milhões?

Sendo que o contingenciamento da área social, como foi colocado aqui pelo Marcolino, no início do ano, foi de praticamente 70% ou 40% de contingenciamento da área social. A não ser que agora já foi repassado esse dinheiro. A gente percebe, e isso não tem correção desde o governo passado como desse ano, algumas áreas que eu falo sempre, que são as áreas que mexem com as famílias do povo de São Paulo.

Com as pessoas. Que são áreas, por exemplo, a Agricultura, que vocês não colocam nem 0,5% do orçamento. E uma parte é congelada.

A área da Assistência Social também é menos de 0,5%. E duas áreas importantíssimas para a população. Muito especial para os jovens, que é a Cultura.

Jovens e adultos também. E o esporte. Essas áreas também a gente não vê um interesse, uma preocupação.

Todas elas têm menos de 0,5%. E se você olhar na execução orçamentária, são áreas que não é gasto esse dinheiro. Apesar de ser pouco.

O secretário da Fazenda deve saber, na hora que vai distribuir o bolo, ouve todos os secretários, ouve o governador. Por que que essas áreas é tão pouco tão pouca vista. E são áreas que mexem com a população.

Você fala da assistência social, você vai nas Santas Casas, você vai nas Apaes, nas entidades da sociedade civil, que ajudam tanto o estado. E é uma reclamação generalizada. Na área do Esporte nem se fala.

Você vai na Secretaria do esporte e não tem nada para atender a população. Tanto dinheiro, um aumento de arrecadação. E é comemorado toda hora.

Mas quando eu fui visitar as escolas estaduais da minha região, da Zona Sul, e também no interior, Vale do Ribeira, semana passada, secretário, talvez precise dar uma voltinha para verificar como estão as escolas estaduais. A degradação. Escolas com quadros de esportes que totalmente abandonadas.

Sem coberturas. Nós estamos falando do estado de São Paulo. Nós não estamos falando de uma prefeitura, de um município que não tem dinheiro.

Se o senhor for visitar hoje ou amanhã uma ETEC ou uma FATEC do estado de São Paulo, o senhor vai perceber que alguma coisa está errada no estado de São Paulo. Com tanto dinheiro no orçamento, com tanto dinheiro em caixa que está sendo colocado aqui. E, por último, que eu queria falar sempre, eu sempre bato, a questão do Iamspe.

Porque essa degradação parece que é para acabar com o Iamspe no estado de São Paulo. Só para vocês terem uma ideia, para os nobres deputados perceberem aqui, em 2023, em 2023, o Estado colocou 252 milhões no Iamspe. O desconto dos funcionários públicos foi de 1 bilhão e 798 milhões.

E lá atrás, o acordo era de ter paridade, porque o Estado descontava do funcionário, colocava no Iamspe. E aí a reclamação é generalizada. O Hospital do Servidor Público, as Santas Casas que pedem descredenciamento do Iamspe, as entidades filantrópicas se descredenciam também por falta de repasse.

Então, uma situação que eu falo mais uma vez, um estado rico, um estado pujante, a gente têm o orgulho do estado de São Paulo, mas a população não está sendo bem tratada. E, conversando com os prefeitos, eu acho que o governador também sabe disso, os deputados aqui também sabem disso, porque vocês conhecem o Gilmaci, nosso presidente também sabe disso. A reclamação dos prefeitos a respeito dos repasses é generalizada, uma reclamação muito grande.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Já fomos aqui quase 13 minutos.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - E o LDO ainda quer tirar esse cumprimento. Então, secretário, bastante, foi rápido, muito rápido, mas realmente a gente gostaria muito que o senhor falasse sobre isso, ou se não é verdade isso que eu coloquei.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Deputado Tatto, quem sou eu para dizer que não é verdade o que o senhor está dizendo? Veja, tem alguns apontamentos, acho que as qualificações, isso faz parte do bom debate. O senhor coloca aqui da minha animação, acho que tem algumas questões concretas que realmente levam à minha animação.

Quando a gente vê, por exemplo, o volume de investimentos anunciados, e tem uma métrica da Fundação Seade que pega já nos vários anos, dez anos talvez, no ano passado a gente teve um volume de investimentos anunciados bastante pronunciado, talvez mais que o dobro do ano anterior, ou da média dos últimos cinco anos anteriores.

E talvez aquilo que é mais concreto, porque quando a gente fala aqui em estimativa de PIB, é um negócio etéreo, pode ser bom, pode ser não tão bom, mas tem um negócio que é muito objetivo e eu acho que pega bem na filosofia de nós todos, mas em específico o nosso, que é a questão da geração de empregos, como a gente acredita que é o trabalho que valoriza e que dignifica, na verdade, para além meio filosófico, mas que leva realmente sustento para a família, a geração de empregos é muito importante.

O emprego formal no Brasil, e esse é o dado do Caged, calculado, de bases concretas do governo federal, a gente está gerando na ponta algo como um terço dos empregos. Então acho que é daí a minha animação.

Eu confesso que eu não tinha, não acompanhava as apresentações do secretário da Fazenda anterior, eu não sei se ele era tão animado, mas acho que as coisas, em alguma medida, tendem a... tem algumas métricas concretas que levam a essa animação.

Claro que o papel do secretário da Fazenda sempre apontou, olha, a gente precisa ter muito cuidado, cuidado com vários aspectos aqui, e alguns deles eu mencionei, para não me alongar, acho que tem que olhar e preparar bem o Estado, e tem algumas questões concretas que a gente tem que ter cuidado, eu não vou me repetir, não.

A questão da dívida ativa é um tema, quem faz essa gestão da dívida ativa é a Procuradoria, eu acho que a Dra. Inês pode explicar melhor a gênese, porque tem uma, ela tem uma multiplicidade de entrada. Pode ter uma, grandes questões históricas, de questão de, digamos, imobiliárias, que são disputas antigas, que acabam se convertendo e virando uma dívida ativa, mas ela tem uma multiplicidade de entradas. Eu acho que quem pode falar melhor

sobre a gênese daquilo que adentrou o cálculo da dívida ativa, talvez seja a própria Procuradoria, que tem um bom trabalho e está evoluindo bastante.

Eu acho que essa questão do Acordo Paulista deu um bom fôlego, e eu acho que eles estão realmente fazendo um avanço em termos de sistemas e de metrificação. Eu acho que numa próxima apresentação, ou se o senhor quiser, eu posso também perguntar. Eu tenho mais dificuldade de responder especificamente de um tema que não está na minha guarda.

Então, renúncias fiscais, sim, está na minha guarda, e, de fato, de novo, como eu fiz com o deputado Marcolino, e eu acho que, sendo justo o senhor também, o deputado Fiorillo também sempre alertou sobre essa questão. Respondendo objetivamente a pergunta da contrapartida dos benefícios, no caso de São Paulo, praticamente não temos, ou não temos, benefícios condicionais, benefícios que implicam numa condicionalidade específica. Eu acho que é um ponto que, às vezes, é levantado.

Ah, você tem que cumprir determinada geração de empregos, ou determinada contribuição para um fundo, tem vários desses fundos em outros estados. Eu acho que a política de São Paulo, nesse sentido, foi boa. São benefícios que eles são concedidos, não com base em uma contrapartida específica, mas de maneira setorial, ou seja, não se dá para nenhum CNPJ específico, acontece em outros estados, é bem frequente.

Nós concedemos um benefício de acordo com a nossa compreensão de que aquele setor precisa ter um tratamento específico que vai gerar bons frutos para o estado de São Paulo. Basicamente é isso. De alguma maneira, e o que o senhor mencionou, realmente tem um grande debate na esfera federal, assim, eu diria que existe um grande debate nacional acerca dos benefícios e do gasto tributário.

O ministro Haddad, como citado, vem falando sobre isso já há um tempo, e eu acho que esse é um bom debate, é um debate salutar. Acho que, pelos motivos que eu elenquei, a gente fez um grande avanço. Estou disponível também para retomar essa análise específica, mas a gente não trabalha com contrapartidas específicas.

Olha, vamos gerar determinada contribuição para um fundo, ou determinada qualquer métrica possível, que é parte de uma percepção de estratégia com relação à utilização do mecanismo tributário, da alavanca tributária, que se transmuta através de setores, setorial. Acho que isso é bom. Acho que isso é positivo para São Paulo, ao invés de ser muito específico, de uma geração específica ali.

Até porque, eu acho que essa já é a política, e, ao longo do tempo, a gente vai, com a mudança da tributação do novo IBS em relação ao ICMS, essa vai ser a prática. A gente não vai ter mais essa capacidade específica. Agora, aquilo que é um tratamento especializado, e aí,

veja, pode ser um regime especial, ou uma alíquota reduzida, ou coisa que o valha, já está até constitucionalizado no novo IBS.

Então, essa percepção local, muito provavelmente para fazer um desenvolvimento, talvez, pela via orçamentária, financeira, ou coisa que o valha. Então, acho que vai ter uma mudança desse enfoque mesmo. O que a gente fez na revisão dos benefícios tributários aqui em São Paulo foi, é a primeira vez que a gente faz isso, é olhar um a um tem alguma evidência de que contemplam um objetivo social legítimo, seja geração ou estímulo a um setor que é interessante, seja resguardar alguma competitividade do estado de São Paulo em setor específico.

Então, eu acho que é uma boa abordagem, eu não acho que a questão da contrapartida, ela, assim, isso vale para o estoque e vale para os novos. Assim, aquele benefício, ele tem um custo em termos de perda de arrecadação ou de geração de estimativa de renúncia pronunciada em relação àquilo que a gente está gerando, pode ser que a gente tenha um projeto greenfield, uma nova coisa que não tinha nada aqui, que não vai gerar uma estimativa de renúncia, não vai gerar perda de arrecadação, que a gente está estimulando. Talvez, veja, não é um viés negativo com o benefício tributário, eu acho que é um pouco da cabeça dos senhores mesmo, do senhor, do deputado Marcolino, eu acho que o benefício tributário não é necessariamente ruim.

Em específico, eu estou dando um exemplo que fica mais fácil de depender. Se você não produz a caneta aqui no estado de São Paulo, você não vai ter uma renúncia associada àquela caneta. Mas se vierem novas firmas por conta de um estímulo, pode ser interessante para o estado de São Paulo.

Então, não é necessariamente ruim ou bom o benefício, a questão é como se configura. É claro que no arcabouço corrente do ICMS, a gente acaba gerando, no nível do País, eu acho que incentivos ruins, porque você acaba tendo deslocamentos da produção que não necessariamente vão contemplar onde ele é mais produtivo. Então, você vai tirar uma firma de São Paulo e vai levar para outro lugar.

Aí, nesse outro lugar, ela é menos produtiva. Então, já impactou o crescimento do nosso País. Ao mesmo tempo, ao longo do tempo, o que vai acontecer?

Vai ter um estímulo para que a gente também faça uma redução. Aí, no começo, seria uma perda de arrecadação. Mas, como ela não está lá e não está mais gerando arrecadação, agora ela não...

Você percebe? Tem até um estímulo ao ponto...

**O SR. ENIO TATTO - PT** - Se o senhor me permite... O senhor está tocando o assunto que a gente fez muitos debates aqui. Por que tem tanta dificuldade de ter transparência, de a gente saber qual o setor que está sendo beneficiado, qual a contribuição desse setor, qual o critério para esses setores, determinados setores, ter essa renúncia? Eu vou dar só um exemplo aqui, que eu não sei como está hoje, não sei se foi corrigido isso.

O governo Dória. Chegou um projeto aqui que nós aprovamos, com o voto contra nosso, que era a questão dos aviões, do jatinho, dos jet-skis, da gasolina para esses veículos. O que traz de benefício?

Trouxe empresas para o estado de São Paulo? Gerou empregos?

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - O ponto que o senhor faz sobre a transparência é importante. E nós demos avanço nessa administração, sim.

Eu acho que tinha uma cobrança, inclusive, do TCE, quando, julgando as contas de 2022, foi bastante agudo. No julgamento, no meio de 2023, junho de 2023, aproximadamente, que era a cobrança da transparência. Naquele instante, nós fizemos uma transmissão para o Tribunal de Contas das informações requeridas.

Então, houve um avanço nesse sentido, em termos de disponibilização de dados. O que o senhor está colocando é, tudo bem, foi dado um passo e eu acho que o próprio Tribunal de Contas, que é aqui no estado de São Paulo, sério, competente, nos ajudou nesse sentido. É um bom exemplo.

Damos passos adicionais? Tenho todo intuito, na verdade. Eu acho que estamos irmanados no intuito de dar ainda mais transparência.

Eu acho que esse é um debate público brasileiro. Na verdade, acho que, como a gente vai concretizar os próximos passos, eu vou trazer em uma ocasião próxima e futura, mas eu deixo o registro do compromisso de dar mais passos. A gente deu passos já nessa administração, no ano de 2023.

Acho que o Tribunal de Contas ficou satisfeito com esse avanço. Tem outros avanços possíveis. Na verdade, sendo bastante honesto e por requisição, eu só não vou disponibilizar um ato preparatório, porque a gente está preparando isso.

Mas existe o intuito de fazer mais avanços nesse sentido. Até porque a gente teve um avanço concreto, palpável. Não é só transparência.

São casadas essas coisas. Isso é bom. Esse é um bom debate.

Como que a gente promove ainda mais avanço no prisma específico da transparência? Nada a divertir, na verdade. Acho que a gente converge.

A questão do time. A questão das audiências públicas. O deputado Gilmaci esteve comigo no gabinete.

A gente chegou a conversar sobre o assunto. O que já está autorizado 12 de junho. Foram os 35.

Evoluiu, sim, naquele sentido combinado. Não tem nenhum retrocesso nesse sentido. O deputado Gilmaci foi presidente nessas audiências.

Esse foi o relato. Se, de alguma maneira, a palavra vale, acho que tem que valer. A gente fez um avanço.

**O SR. ENIO TATTO - PT** - O senhor está na Fazenda. O prazo que foi dado falta 15 dias. Falta 10 dias. 12 dias. É o primeiro semestre. Dia 30 de junho.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - A gente recebeu a lista em questão de dia. A gente processou. Já está autorizado. Então, assim, não há problema.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Desculpa. Eu tenho informação que eu tive até agora na Casa Civil, que eu estava informando também. Alguns... o fundo a fundo já vai sendo pago. Fundo a fundo é mais fácil. O fundo a fundo é mais rápido. Os demais, é o seguinte, é aquele negócio que tem convênio. Tem aqueles que vai ter problema, enfim. Mas o dinheiro... 35...

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Fundo a fundo é rápido e é 35 dos 40. Os outros têm alguma dificuldade burocrática.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ótimo. Então, quer dizer que agora vamos cobrar. Já falei hoje também com o Arthur. Eu falei ontem, falei hoje com o Arthur.

Ele prometeu para mim que estaria agilizando essa situação. Então, eu estou acreditando muito que nós começaremos as audiências públicas com esse dinheiro todo pago. E, como diz lá você que cobrou, vamos cobrar do secretário, que veio de 40, seja 80.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Acho que do nosso lado está resolvido. O senhor me cobrou semana passada. Está resolvido.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Mas vai vir com 80 ou não com 40?

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Aí é outra coisa. A palavra vale. O combinado está mantido.

Com relação à evolução, acho que é uma evolução típica de... Eu tenho aqui os números de comunicação. No caso, são três anos, não dois especificamente, mas uma média de três anos e tal.

Talvez o que tenha acontecido realmente na previsão, lá na virada, foram valores historicamente muito baixos, de 2023 e 2024. O valor parece um grande delta, mas, na verdade, quando você olha... Tem que puxar um pouco mais o histórico, talvez, para olhar os valores da Secretaria.

Eu não vejo como um negócio nada explosivo. Talvez todos esses valores tenham sido muito baixos aqui no começo mesmo. Superação.

Eu vou mandar essa para a Andresa só a título de contribuição de um economista. Eu gosto muito da ideia da superação. Ele é mais um exemplo, na verdade, da contribuição do estado com os municípios.

Se dá através da ação local, eu acho que tem mais uma questão de estratégia, de complementariedade mesmo, de entender melhor aquilo que é, pelo menos da estrutura que eu deparei daquilo que foi apresentado pela secretária Andresa, e a título de contribuição é um tema dela, certamente ela vai poder explicar muito melhor que eu. Mas é até uma abordagem nova no sentido de buscar compreender melhor as necessidades individualizadas de família a família. Então, ele é mais complexo mesmo esse programa.

Mas certamente ela vai poder explicar melhor os próximos passos. Eu acho que tem um compromisso grande de avançar e é uma forma que já foi testada em algumas geografias do mundo, eu conheço alguns papers sobre isso, mas é uma forma de abordagem que complementa outros programas sociais que já temos no Brasil, inclusive antigos, e eu acho que é válido a gente conhecer melhor as aspirações das famílias e dos locais. Às vezes a gente tem uma noção, e foi um apontamento aqui, o senhor tem que dar uma...

tem que andar, tem que conhecer as escolas no Vale do Ribeira, etc. Às vezes a gente está em um plano aqui, em frente ao Partido do Próprio Era, mas você não tem a visualização das dificuldades. Eu acho que conhecer e ter contato, entender as aspirações, necessidades, eu acho que é um programa promissor nesse sentido.

Mas eu não posso falar mais sobre isso, eu acho que a Andres é a pessoa para questionar melhor. A questão do contingenciamento das Secretarias de caráter mais social é que várias delas têm muitas emendas, que elas passam por processos, inclusive bastante da esquerda, também da direita, mas bastante um processo de colocar muita emenda nessas Secretarias. É mero processo da forma como ele fica contingenciado, mas não é, é só ter o pedido, esse descontingenciamento é rápido.

Até porque é a melhor forma de processar isso dentro do Executivo, de você contingencia esse valor para simplesmente fazer uma alteração, você descontingencia imediatamente aquele valor, fica reservado, seria até interessante para o Parlamento é que ele fique lá, segurinho, contingenciado, mas é uma forma mais processual do que qualquer coisa. Aí, com essa explicação, acho que a gente explica melhor o porquê que tem um contingenciamento que parece muito elevado, mas, na verdade, é um processo do Executivo até para proteção das emendas que estão em boa parte dessas Secretarias. Porque se você contingencia, não pode ter troca de fonte, trocar, usar a emenda em outra atividade, está reservado.

Então é bom, na verdade, não é ruim. Oi? Acho que falta muito pouco.

Agricultura, escolas, eu preciso conhecer melhor a parte das escolas, mas acho que estão fazendo um grande avanço.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Secretário, vamos fazer o seguinte, como combinado, nós vamos suspender agora até as 16 horas e 50 minutos. 16 horas e 50 minutos, nós vamos descer para abrir a sessão, a tempo dos secretários, os assessores, a assessoria, tomar uma água e ir até o banheiro, e voltamos às 16 horas e 50 minutos.

Combinado? E nós vamos para o plenário. E, se terminar de responder os deputados, os demais deputados fazem os seus questionamentos.

\* \* \*

- Suspensa às 16 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 59 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Voltamos com a nossa reunião para ouvir o secretário Samuel Kinoshita. Mas antes secretário, eu queria aqui cumprimentar e saudar, eu fiz questão de convidá-los para vir aqui assistir um pouquinho da nossa reunião, os vereadores de Salto do Pirapora, é o Marcão Baré e o Elvis Moreira, dois jovens vereadores que estão chegando aí cheios de entusiasmo cheios de vontade. Sejam bem-vindos aqui, à Assembleia Legislativa, aqui nós estamos na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, ouvindo o secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, Samuel Kinoshita, juntamente com a sua equipe.

E o Samuel estava respondendo o Enio Tatto, que já respondeu, deputado Enio Tatto, e já tive a resposta para ele. Então, o próximo inscrito para fazer aqui o seu questionamento é o deputado Danilo Campetti.

**O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS** - Sr. Presidente, muito obrigado, quero cumprimentar a V. Exa., que além de presidente é líder do governo, cumprimentar as senhoras deputadas, os Srs. Deputados, cumprimentar meu amigo, o secretário Samuel Kinoshita, o secretário Rogério, executivo, cumprimentar toda a equipe da Secretaria de Fazenda e Planejamento. Só para registrar, Sr. Presidente, eu tenho comigo que uma política pública ela deve ser sempre baseada em planejamento, execução e aí os resultados aferidos através de dados e evidências.

E o deputado Enio comentou da alegria que o secretário Samuel deve estar vendo e eu tenho certeza que o senhor tem uma alegria enorme, porque V. Exa. planejou todo esse programa que está sendo implementado agora, V. Exa. desde o começo estava lá no plano de governo, fez um excelente trabalho com foco na economia liberal, com foco no Estado mínimo, a valorização do Estado mínimo e na condição de secretário da Fazenda está fazendo um excelente trabalho, um excelente trabalho com fulcro na modernização da arrecadação, uma política fiscal sólida que manteve estável a carga tributária, não obstante tenha diminuído alíquotas e a arrecadação aumentou do nosso estado.

Então nós temos aí a conclusão de que se pode fazer muito mais com menos. Então fica o registro e também os parabéns a toda a equipe que, como V. Exa. disse, dos parabéns, porque realmente assumiu uma postura técnica, assumiu uma postura que proporciona investimentos, já são quase 230 bilhões de investimentos contratados num total de 500 bilhões previstos, me corrija se estiver errado, e que propicia inclusive essa integração com o governo federal, porque são projetos sólidos.

O governador Tarcísio, dentro da sua gestão moderna e inovadora, traz o propósito de projetos consistentes e o objetivo de deixar legado no estado de São Paulo. Então a gente avançou no enxugamento da máquina, a gente atuou com digitalização de serviços, a revisão de contratos, contenção do crescimento vegetativo da folha.

Não é a falta de aumento para os servidores, é a valorização dos servidores, nós recebemos aqui na Assembleia Legislativa vários projetos com esse escopo, senhor secretário. Então eu tenho que, quando se diz dos benefícios fiscais que foram revistos, está até nas planilhas que o senhor apresentou, 10 bilhões, 10 bilhões foram resgatados para os cofres públicos.

A gente tem uma evolução do orçamento aí que passou de 330 bilhões em 2023 para 370, aliás, em 2024, 372 bilhões em 2025, temos uma proposta inicial aqui de 382,9 bilhões. Então são dados e evidências que comprovam a excelente gestão do senhor à frente da secretaria, juntamente com o secretário-Executivo Rogério e toda a equipe que está fazendo um trabalho excelente e que está proporcionando para o estado de São Paulo, para o governo do estado de São Paulo, a possibilidade de investimentos, saneando a máquina pública, reduzindo gastos, que é o que nós estamos fazendo aqui em São Paulo, e São Paulo é protagonista nesse escopo. São Paulo é precursor nesse sentido e serve de exemplo para todos os estados, inclusive para o governo federal, que não fecha as contas em 2027, segundo amplamente divulgado.

Então fica aqui o meu registro, os meus cumprimentos, eu não tenho perguntas, é só para externar mesmo o privilégio de ter o senhor à frente da Secretaria da Fazenda e toda a equipe dirigindo essa passa importantíssima e que está dando tão resultado para o nosso estado de São Paulo, e quem agradece e quem é favorecido com essa gestão vitoriosa é o cidadão paulista. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado. Como eu disse, não tem pergunta, mas se quiser fazer um comentário.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - O comentário é bem singelo, é bem sintético. Eu te agradeço muito, deputado Campetti, o senhor é suspeito, dado o viés da amizade já desde 2022, mas, de alguma maneira, eu devo esclarecer que a minha participação é a participação de alguém que está na fronteira entre o técnico e o político. Essa visão reformista e modernizante, na verdade, o grande responsável é o governador.

Acho que a Assembleia processou muito bem, eu dei exemplos aqui, são vários, mas a questão da Sabesp, relatada pelo deputado Barros Munhoz, que é transformacional para a evolução do saneamento público no estado de São Paulo, a aceleração da universalização do tratamento do esgoto tratado é uma das coisas que em 2025 choca.

Choca como um estado relativamente rico nesse sentido, na distribuição do nosso País, ainda tem uma fração significativa de lares e de pessoas que não são atendidas pelo tratamento de esgoto. Veja a multiplicidade de implicações, até de saúde, imagina uma criança crescendo com o pé no esgoto. Isso muda muita coisa, tem vários estudos, é que eu não vou aborrecer ninguém com estudo microeconômico, comparação, mas em algumas cidades do interior do Brasil, tem um efeito que se processa ao longo dos anos seguintes, na diminuição de gasto com algumas doenças que são realmente provocadas ou transmitidas por esse baixo acesso ao saneamento.

Então, o ponto fulcral de vários desses avanços, e esse é um deles, o caso é a universalização do tratamento de esgoto, a melhoria da qualidade de vida da população. Outros exemplos bem processados pela Casa foram no Resolve Já, no Acordo Paulista, que foram relatados, como eu disse aqui, pelo atual prefeito de Marília e, na época, deputado estadual Vinícius Camarim. Então, a Casa até melhorou o projeto, a gente mandou um bom projeto, entendo, mas alguns pontos foram melhorados, então a Casa é muito partícipe nesse sentido.

Situação e oposição. A oposição, quando faz uma boa crítica, eu acho que é bom. A crítica dos benefícios, eu julgo que é benigna, a gente vai processar uma melhoria ao longo do tempo, e como processou já.

Você me diga um caso específico dos benefícios que você coloca. Na verdade, é um alinhamento de estrelas. A gente teve, ao longo dos últimos anos, o controle externo, o nosso TCE aqui em São Paulo, que é muito, relativamente bem sério, profissional, processa bem essas coisas, foi jogando luz, muito, talvez, até a oposição questionando, o próprio controle externo jogando luz.

A carreira dos auditores fiscais aqui de São Paulo, ela tem um nível médio muito bom, e inclusive tem algumas estrelas, gente muito boa mesmo, que foi melhorando os controles, a gestão, a estimativa de anúncio é constatada para a associação de maneira correta, dá um nível aprimorado nessa transparência dessas estimativas, o controle externo foi, ao longo do tempo, cobrando. Então você tem a junção de um processamento de cobranças, cobrança da oposição, a cobrança do controle externo, então um alinhamento de estrelas. Uma carreira, tecnicamente, capaz, com vários colegas muito capazes, estava faltando só uma para fechar essa constelação.

Na minha opinião, não é o secretário da Fazenda, sendo justo, eu acho que era o governador que veio com uma visão realmente reformista e modernizante nesse aspecto. Então eu julgo que o governador Tarcísio é o que compõe e que fecha, talvez em outros locais isso não se configure, porque não se presencia essa constelação, mas ao longo do tempo, uma coisa boa da grande sociedade aberta que é o nosso estado de São Paulo, esse debate foi um debate bom, teve cobrança mesmo, eu lembro de acompanhar, mas como leitor e educado de jornais, teve cobrança do deputado Marcolino, cobrança do deputado Fiorillo, bastante cobrança, controle externo também cobrando, e ao longo do tempo foi processado um avanço, foi processado esse avanço, estava só faltando que o governador falasse banco. Então está dizendo, olha, é um tema importante, está sendo debatido, e eu acho que debatido por vários economistas de vertentes diferentes, inclusive na esfera federal, que bom.

Então acho que o secretário da Fazenda, eu acho que ele é o menor, acho que tem a carreira que processou muito bem, tecnicamente, profissionalmente, controle externo, boa oposição, bom parlamento, ao fim e ao cabo, acho que era o governador falar, não, esse é um tema bom, que é desagradado, você está falando de 263 benefícios, 84 foram cortados, alguns têm baixa utilização, outros têm boa utilização, ninguém gosta, mas é rever a política pública nos termos contemporâneos, isso é importante.

E essa primeira revisão, vamos ter mais, acho que ao longo do processo teremos outros eventos de processamento, que é isso, é avaliação da política pública praticada de maneira sequencial e contínua, daqui até o final do ICMS e que venham outras avaliações, acho que foi bom, foi bom para São Paulo, pelo menos, eu sem menos, mas tem gente aqui que sabe muito sobre benefício, que trabalhava na área, que fazia estimativa.

Foi feito um avanço, entendo que sim, corrobora, então acho que foi bom, os 45 milhões de brasileiros que vivem aqui no nosso estado de São Paulo, inclusive os municípios, que recebem a cota a parte, o ponto que o deputado Marcolino fez, se você tem um benefício que não está gerando grande resultado, algum resultado, pode ser geração de emprego, pode ser qualquer coisa, o município deixa de receber através da sua cota a parte, então esse processo é bom para os municípios também, então é importante, acho que a gente está fazendo uma evolução, claro que sempre vai ter posicionamento e tal, mas isso faz parte do jogo, o secretário, e aí para responder, o secretário é o de menos, o secretário é o de menos.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não é.**

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - É sim, é sim, votem bem para a governador e para deputados estaduais que isso faz diferença.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Então tá. Legal, deputado Barros Munhoz, você né, você quer...

**O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB** - Não, eu só quero ratificar o que já foi dito aqui pelo goleiro, e me associar a essa expectativa positiva, opa, mas eu falo sem microfone, vocês estão todos ouvindo, economizar energia... Ah, é verdade, é verdade, não, brincadeira à parte, realmente a gente vê essa atuação mais firme, mais contundente, mais objetiva, que sempre provoca desacordos, desentendimentos, isso faz parte da vida, mas eu acho que o mais importante.

E eu quero fazer esse registro aqui com muita satisfação, porque ele está aqui há bastante tempo, é a essência da política sendo praticada, que é isso, não é xingamento, não é ofensa, não é briga, não é tapa, não é nada disso, é uma busca do entendimento, eu não digo nem que seja o entendimento, é a busca pelo entendimento, que é algo difícil, é algo complicado, mas é, repito, a essência da política, a gente não viveu o que está vivendo o Israel com o Irã, que está vivendo a Ucrânia com a Rússia, e o que está vivendo tanta coisa, eu não vou nem falar dos Estados Unidos, pelo amor de Deus, onde é que foi parar esse País, o maior do mundo, o maior do mundo.

Então, eu acho que a gente tem que levantar a mão para o céu e dizer que aqui em São Paulo, efetivamente, nós temos um governo positivo e corajoso. Então, parabéns, secretário, parabéns a esse teu corpo de acionistas aqui, que é fabuloso. Eu sou até suspeito de ter algumas pessoas aqui que, ao longo do tempo, eu me fiz amigo deles, e eles, meus amigos.

Então, eu fico orgulhoso do nosso time da Secretaria da Fazenda e do nosso time do Governo no Estado de São Paulo, dirigido pelo governador Tarcísio.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Deputado Barros Munhoz, eu agradeço a sua gentileza, o senhor é sempre muito generoso conosco e, de fato, a Secretaria da Fazenda tem quadros fabulosos, já não é de hoje. Por isso que eu disse que eu acho que faltava só uma peça que magnificaria esses resultados, e eu acho que essa, o senhor falou muito bem, é a boa política sendo praticada, que eu acho que é a essência da grande sociedade aberta. São Paulo é a grande sociedade aberta brasileira, ela processa as suas desavenças através do debate, do debate aberto, e sem recorrer, como o senhor disse, à violência.

A guerra é a manifestação dessa divergência através da violência. E a gente está praticando aqui com 94 representantes de 45 milhões de pessoas. Isso é fundamental.

Situação, oposição, mas eu vejo até oposição, ela coloca pontos que eu acho que é de aprimoramento, isso é bom, isso é maravilhoso. Na verdade, é exatamente isso. Eu fico feliz de perceber que, na verdade, eu penso parecido com o deputado Ilustre, com essa trajetória do deputado Barros Munhoz.

Eu te agradeço muito, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACISANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa., os parlamentares aqui dessa comissão e o nosso secretário Samuel Kinoshita e o subsecretário Rogério, e também todos que fazem parte dessa brilhante equipe da Secretaria da Fazenda. Governador Tarcísio, por ações inovadoras, e é fato que esta Casa soube responder à altura quando aprovou projetos que eram desafiadores. Seja a reforma administrativa, como a V. Exa. já colocou, V.S.<sup>a</sup>, o projeto de privatização da Sabesp, projetos que colocaram recursos, como foi explanado aqui, só a transação tributária, mais de um bilhão e meio no acumulado, está previsto, então é um recurso significativo que estava sobre a mesa e que hoje começa a entrar no caixa do governo do estado.

Outros projetos também que nós tivemos aqui, não só a transação tributária, resolve já, e ações que essa Assembleia enfrentou e puderam dar para o estado de São Paulo, uma vanguarda não só, como já foi colocado, em ser talvez o melhor ambiente de negócios do País, com a atração de novas empresas, o governador tem anunciado muito, são mais de 500 bilhões de investimentos vindo para o estado de São Paulo, é um investimento recorde, seja na infraestrutura, seja na construção de moradias, seja um investimento extremamente significativo, que há poucas semanas, há uma ou duas semanas atrás, foi feito no Palácio do Governo, com a liberação de quase um bilhão de reais só para a área da Saúde, que faz uma grande diferença para hospitais, para cidades, para os municípios, enfim, uma área tão nevrálgica que todos passam. Então, eu queria, em duas perguntas aqui, apenas me somar àquilo que já foi perguntado. Primeiro a questão da renúncia, que muita gente falou aqui, mas a verdade me parece, eu gostaria que, salvo o melhor juízo, para traduzir a resposta, nós temos, foi colocado aqui que só nesse, a diferença do primeiro quadrimestre de 2024 para esse é um superávit de mais de 8 bi, se eu estou correto na minha análise aqui.

E aí, então, nós estamos tendo um crescimento na receita. E aí, se eu arrecadava 100 e eu tinha 20% de renúncia - então, 20 significava 20% dessa renúncia -, eu passei a arrecadar 150 e eu aumentei para 25% da renúncia, nominalmente parece que ela cresceu 25%, mas efetivamente essa renúncia diminuiu. A minha pergunta é se é isso, basicamente, que nós estamos vivendo aqui no estado, porque a nossa receita tem aumentado e, por isso, se coloca aqui que cresceu a renúncia fiscal, não é que cresceu, é que a receita nossa tem ampliado e, nominalmente, pode crescer, mas, percentualmente, isso está caindo, como já foi colocado.

E a segunda questão é a questão que me soma aqui a outros parlamentares que já fizeram. Alguém já disse que, se um fala, é opinião. Se dois falam, é apenas uma coincidência.

Mas, se três falam, começa a prestar atenção. Se mais gente está falando sobre isso, presta atenção. É a questão da contingência.

Nós sabemos que o estado de São Paulo é um estado que está preparado, que tem um colchão bem feito, tem colocado aqui, nós temos um colchão bem feito para todos os investimentos que se prevê, mas que várias Secretarias têm nos posicionado que muitos dos recursos que eram quase que liberados de forma automática ou de forma célere, agora passa por um problema, uma refazer os pedidos daquilo que já foi aprovado na Lei Orçamentária, e aí as Secretarias têm argumentado que esses recursos estão contingenciados. Então, como alguns problemas que a gente vem enfrentando, de algumas obras, algumas coisas que a gente espera que sejam feitas na fluidez que sempre acontecia, o argumento é que está contingenciado quando nós estamos com recursos bem-posicionados graças à eficiência desta Secretaria que tem se mostrado bastante capaz. É apenas essas perguntas.

Parabéns ao secretário Kinoshita, que tem colocado o estado de São Paulo na vanguarda e, sobretudo, em uma condição de saúde financeira bastante relevante. É isso.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado, deputado. Antes de passar a palavra para o secretário Samuel, depois nós não temos mais inscritos, então nós vamos participar...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Um minutinho depois? Antes de você encerrar, pode ser?

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Deputado Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, é rapidinho.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Depois ele vai ficar uma hora respondendo o senhor aqui.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu não gastei os 10 minutos.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Então, você só pergunta e ele não responde.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não, responde. Eu só quero fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Mas antes de passar, eu queria aqui agradecer toda a equipe aqui que está acompanhando o secretário hoje.

Se eu falar algum nome aqui, porque tem uns nomes aqui terríveis. Tem o Marcelo Bergamasco, acertei? Bergamasco. O Rodrigo Bezerra, esse é fácil. O Rodrigo Bezerra? Carlos Gomes? Também está por aqui. Esse aqui é o Eduardo Wonsley. Olha isso. O Eduardo Wonsley? Barros Munhoz. Esse aqui é para dar nó na gente, né? Rogério Campos. Gustavo Lira. Agora, esse aqui eu vou falar. Tiguan?

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Tizun.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Tiguan Swei Lee Cizun.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - É eu não sei exatamente a pronúncia cantonesa correta, mas nós o chamamos...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Mas acertei?

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Chegou perto, é Tizun.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - O culpado é Rogério, que não escreveu direito.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - É a letra dele é bem ruim. Quando o presidente da Comissão faz uma menção, certamente ele tem razão e o secretário-executivo que...

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Tem mesmo. Queria aqui agradecer todos os senhores e senhoras aqui presentes. Obrigado por estar aqui hoje com a gente. Rogério, secretário, depois a gente finaliza.

Só agradecer a sua equipe. E agora ele vai responder, depois, se você já quer fazer a pergunta...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Vou, deixa que ele aproveite e responde todas. Até aproveitar, porque, assim, para fazer parte da equipe do secretário tem que ter um nome diferente.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Tem que ter um nome diferente. Exato.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Nome comum não pode.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Não, Luiz Claudio Marcolino, Gilmaci não pode participar. Carlos Cezar, esquece.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Viu Gilmaci, eu acho que, durante os dois anos, na Comissão de Finanças e Orçamentos, a V. Exa. acompanhou, em cada cidade, eu fazia o levantamento, o quanto cada cidade perdia do imparo da renúncia tributária. Agora nós estamos fazendo um outro trabalho, um outro levantamento, também em relação às empresas.

Muitas empresas, em alguns setores, estão sendo beneficiadas, que são tributárias e, muitas vezes, não têm o retorno como deveria para a sociedade. Eu queria só deixar isso registrado, vou marcar uma reunião com o secretário, mas ontem nós tivemos aqui uma audiência pública com os trabalhadores do Banco Santander. O Banco Santander foi o banco que adquiriu o Banespa, e o Banespa era um banco que ajudava no desenvolvimento do estado

de São Paulo, um banco que tinha muitas agências pioneiras aqui no nosso estado, e o Santander agora começa a fechar as agências pioneiras na maioria das cidades do estado de São Paulo.

É um bairro que roda bastante o estado. O Santander está fechando diversas agências, dessas agências que, antigamente, eram agências pioneiras na época do Banespa. E a gente vê um pouco a contradição.

O Banco Santander, nesse último período agora, o que ele fez? Ele pegou as suas empresas de tecnologia, que todas elas eram bancárias, então jornada de seis horas, várias refeições, alimentação, tudo estruturado pela Convenção Coletiva dos Bancários. O que o Banco Santander fez?

Ele abriu empresas de tecnologia, transferiu todos os seus trabalhadores para as empresas de tecnologia, só mudou o CNPJ, montou uma empresa dentro da própria estrutura do banco e está tendo a isenção tributária. Agora, ele tem a isenção tributária, porque é uma empresa de tecnologia. Banco Santander.

Não é só o Banco Santander, outros bancos também estão fazendo. Eles estão abrindo empresas de tecnologia, porque, como você tem isenção tributária para o setor de tecnologia, o que eles estão fazendo? Eles abrem uma empresa, o CNPJ é diferente, com os mesmos funcionários, reduz os direitos trabalhistas e tem a isenção do estado, porque agora é uma empresa de tecnologia.

Então, depois eu vou marcar lá pessoalmente, para levar essa denúncia para lá. Mas eu só queria deixar aqui registrado, do mesmo jeito que eu fiz aquele trabalho com os municípios, agora eu vou fazer o levantamento de algumas empresas também, para mostrar que tem algumas empresas que não estão trazendo benefício para a sociedade, estão trazendo prejuízo para a sociedade e, mesmo assim, estão sendo agraciados com a isenção tributária. Quero deixar isso registrado aqui nesse dia de hoje, mas depois vou marcar uma reunião com a V. Exa..

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Obrigado. Então vamos para as palavras, para as considerações, as respostas aqui do secretário e as considerações finais para encerrarmos, porque a nossa equipe também já está cansada, nem almoçaram hoje, né? Secretário.

**O SR. SAMUEL KINOSHITA** - Deputado Marcolino, só de maneira muito sintética, é uma alegria recebê-lo, um problema algum, eu gostaria de entender melhor. Eu vi só trechos, e eu acompanho a TV Alesp, os senhores acham que eu não estou acompanhando o trabalho dos senhores e das senhoras, mas ontem eu vi, o senhor estava com trabalhadores do setor de

Saúde, posteriormente, depois do bancar, é o trabalho de um deputado estadual atuante como o senhor. Não tem problema nenhum, certamente vamos marcar uma agenda em próxima.

Eu fiquei até com uma dúvida, talvez a gente, durante essa reunião, consiga sanar, me pareceu mais uma descrição de um benefício tributário no âmbito municipal, do ISS de serviço, talvez seja isso. Mas é bom entender exatamente do que se trata e como é que é essa configuração. Reconfiguração, certamente vai ser um prazer recebê-lo.

E aí, voltando, sem perder nenhum, espero não ter deixado o deputado Carlos César aguardando, a questão da renúncia é basicamente o que o senhor colocou, eu acho que ela é uma questão, digamos, algo complexa. Os dados, para entender o conceito, eles estão disponíveis nas propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas é preciso fazer alguma busca ali, sendo, acho que vale a pena até, inclusive, a gente refletir, eventualmente, no futuro, fazer outro avanço em termos de deixar até mais, digamos, digerível, digestível, não sei exatamente a palavra, mas de poder digerir melhor os dados. Os dados estão lá na peça, como eu coloquei, acho que agora é bastante slide.

Ah, está aqui. Os dados, assim, eles estão basicamente nessa seção, é fácil assim, eles estão disponíveis no detalhamento do gasto tributário, que é basicamente, acho que na PLDO de 2026, começa na página 50, na da anterior, acho que era a página 49, mas basicamente a mesma sessão, elas são muito parecidas, e aí você tem o detalhamento de vários desses benefícios, todos os benefícios, na verdade, dos anos base referentes. No caso da isenção para a PLDO de 2026, o ano base é 2023, porque o que a gente faz, a gente tem uma defasagem de dois anos na configuração, mas isso é até interessante nesse momento, porque a gente consegue visualizar item a item, inclusive aqueles que não foram renovados, que foram cortados, a gente pode visitar, claro, você tem que atualizar pela evolução da receita. Então, o primeiro ponto, e eu, assim, a lógica aqui é inversa da que eu fiz inicialmente.

Primeiro, a gente tem que ver a utilização efetiva dos benefícios. No caso dessas isenções, eu destaquei cinco delas, por exemplo, a primeira é esse artigo 2, que é o artigo da Nexum, que é o Medicamentos para o Tratamento da AIDS. Tem uma variação muito grande, esse é um exemplo, que sai de 430 milhões, aproximadamente, e foi verificado no ano seguinte, ano base de 2023, algo como 1.7 bi. Então, tem uma variação, eles podem variar. Quando que eles variam, e nesse caso é bastante importante, eles variaram por conta de atualizações das listas desses medicamentos, que normalmente são pedidos ou ofícios do Ministério da Saúde para o Confaz, que é onde você tem 27 secretários de fazenda e as equipes técnicas que fornecem isso. De maneira algo passiva, os estados implementam nas suas jurisdições aqueles benefícios.

Em geral, esses benefícios do setor de Saúde, eles são quase que imediatamente transformados e implementados. A gente acaba implementando. Acho que toda política pública merece ser revisitada, mas essa é uma revisitação que a gente tem que fazer em um patamar até um pouco mais elevado.

Quando eu olho o gasto tributário, eu não sou um grande, eu não fico olhando o tempo inteiro, mas até por conta dessa questão específica nossa, como que está evoluindo o gasto tributário nas outras esferas, na União, por exemplo. De fato, essa questão de saúde também tem se ampliado. Então, não é uma questão simples.

E, francamente, eu sou economista, sou um macroeconomista que trabalhava em consultoria e tal. Temos grandes advogados públicos, temos grandes auditores que, em geral, são economistas, engenheiros, mas alguns desses itens dessas listas são nomes extremamente complexos, pouco acessíveis para a gente. A gente precisa de mais informação para poder processar, inclusive.

Acho que leva algum, mais tempo, mas também em outro plano. E aí, a primeiro argumento, além da grande variação aqui, se eu não me engano, eu fiz a conta. Em termos atuais, deve dar um 7,7.

Então, é muito significativa a variação nesse 5. Claro que vai ter outro que diminuiu, outro que aumentou, mas faz parte. Mas isso explica bastante a variação das listas que a gente teve no final de 2022 para 2023 e pode acontecer de novo, de 24 para 25, tem que ser checado.

E toda hora entra no conforme, faz alterações de listas. Isso é comum. E aí, a gente entra no seu primeiro ponto.

Realmente, teve uma variação muito grande da estimativa para o ICMS no ano de 24. A gente teve uma performance muito boa. Então, quando a gente estimava inicialmente, tinha uma base mais baixa.

Mesmo que você utilizasse, sobre aquela PLDO, aquilo que foi o efetivo de 25 para 26, a base de 26 também já ficou elevada no nível. Então, a variação da estimativa, que guarda boa relação com a estimativa de renúncia, grande relação, ela também se altera e é responsável também por uma boa parte. Então, o senhor tem toda razão.

Exatamente isso. Eu acho que esse ponto da estimativa, por conta da variação da estimativa de ICMS, seja um ponto adicional, eu diria paralelo ao que o senhor fez, sobre a minha felicidade com a situação. Eu estou muito feliz em servir esse desígnio do governador Tarcísio.

Acho que muita coisa boa ele propôs, a Assembleia processou, melhorou, a gente elencou aqui questões que, francamente, nem fui eu. Minha participação foi muito tangencial

até na questão da Sabesp. Sabesp foi um negócio que o governador tocou muito com a Natália, com o Benini, com a secretária Natália, secretário Benini, os senhores sabem bem por que participaram ativamente e processaram aqui todo o debate.

Mas eu acho que, pelos motivos que eu elenquei, de melhora prospectiva do saneamento público paulista, muito mais do que injeção de recursos no Caixa, essa questão da venda, da participação funcionária, tem um valor. A gente não pode ser estritamente fiscalista no sentido de entrou o recurso. Mas qual é o propósito?

O propósito é de acelerar a universalização do acesso, em especial aqui no estado de São Paulo, do esgoto tratado. Em outras esferas, pode ser até anterior, coleta de esgoto, água. No caso de São Paulo, a Sabesp é uma boa empresa que pode ser mais eficiente.

Uma boa empresa que pode ser mais eficiente e deve ser mesmo. E isso vai acelerar, com os investimentos elencados, a universalização do tratamento de esgoto. Isso é muito importante para a Saúde Pública e para a população mesmo.

Eu estou muito feliz em ser deste projeto. Eu acho muito bacana. Eu não quero parecer demasiado feliz, não, porque eu estava relatando para o senhor, a nossa arrecadação em relação à estimativa da LOA, que foi aprovada, ela tem frustrado recentemente.

E acho que é uma composição de fatores. Tem um pouco de cenário global, talvez, uma elevação de juros global. Tem uma questão nacional, que tem uns efeitos defasados da política monetária.

Quando você eleva os juros, ele não imediatamente desacelera a atividade. Mas isso se processa ao longo de, em média, três trimestres. Dois, quatro trimestres, depende.

Então, o que a gente vai vendo é, ao longo do tempo, isso acontecendo. Isso é recente, está acontecendo neste começo de ano. Então, a gente tem uma certa frustração em relação à estimativa, que é uma estimativa, de novo, acreditar que São Paulo está evoluindo.

E está mesmo. Então, a gente pega de uma base já elevada de 2024 e faz uma projeção. E é por isso, justamente, porque tem uma frustração instantânea que a gente está trabalhando para sempre melhorar e que ela seja sanada, que se processa o que se processa sempre, que é a questão do, e entrando na segunda pergunta, a questão do contingenciamento, que é um processo natural.

Claro que, em um ano em que as coisas dão muito certo e a gente tem, como eu disse, certamente ocorrem os descontingenciamentos. Especificamente, eu tenho até o que a gente, tem a questão do contingenciamento como uma questão prática que eu estava explicando para o deputado Barros Munhoz, que é uma forma de você processar as demandas parlamentares

que ficam alocadas nas Secretarias, uma forma até de proteger aquela demanda a qualquer erro ou troca de fonte ou coisa que o valha. Então, a demanda está lá.

Assim que ela é, isso não é fundo a fundo, quando tem mais burocracia, falta alguma coisa, não sei o quê, quando tem autorização, aquilo se processa. Então, não há restrição no contingenciamento das demandas, não é isso. O contingenciamento da Secretaria em si, para além das demandas, talvez seja o caso.

Em geral, existe bastante disponibilidade. Estou fazendo um panorama mais amplo. Especificamente, por exemplo, eu me recordo, acho que foi semana passada, a gente tinha uma parte que ela foi descontingenciada, uma parte significativa de investimento em coisas importantes da Segurança Pública.

Então, teve um pedido, e isso se processou. Mas ainda tem bastante, tem disponível, tem bastante recurso disponível, e ainda assim, nesses investimentos que são importantes, foi descontingenciado. Estou dando um exemplo prático, mas aí a gente precisa ver caso a caso.

O processo de contingenciamento é um processo normal, porque o processo orçamentário brasileiro, não é uma novidade de São Paulo, já aconteceu, vai acontecer de novo, é assim que funciona. Acontece na União, acontece aqui, acontece nos municípios. Mas, por conta desse cenário, talvez eu tenha me equivocado, o secretário da Fazenda está muito otimista, não é também muito bom, não, deputado Marcolino.

Eu acho que a gente tem um cenário, mas eu não fico imputando negativamente. Eu acho que a gente tem que fazer mais coisas boas para conseguir promover ainda mais o que é insigne, como é o caso do Acordo Paulista, do Resolve Já. O Acordo Paulista calendarizou, nos primeiros 60 meses, algo como 15 bilhões de reais, é bastante dinheiro.

Então, é bom isso, não tinha nada ali. O Resolve Já foi 1.1, claro que se processa ao longo do tempo uma parte que é parcelada. A Sabesp, que não é o intuito original, também dá resultado.

Vários dos benefícios, eu acompanho setor a setor. Vários dos benefícios estão dando está acontecendo. Claro que o nosso estado, talvez comparado a outros estados, o nosso ICMS ainda tem uma participação significativa da indústria.

A indústria tende a responder de maneira muito rápida a esses ciclos, até ciclos de estoque. Você pode ter uma produção muito grande, aquilo gera um estoque, aí depois, no momento seguinte, você pode ter uma produção bem mais baixa do que seria a média daqueles dois. Se você colocar tempo 1 e tempo 2, seria a média.

Esse ciclo de estoque é sensível a variações de ciclo de estoque e é possível que o cenário macroeconômico esteja menos, digamos, aquecido do que estava no ano de 2024. Mas isso há a ser verificado. O que a gente tem que fazer é fazer mais coisas boas.

Mais São Paulo na direção certa, menos empecilhos e mais investimentos que vão gerar, sim, o avanço do estado de São Paulo. Eu não quero parecer demasiado otimista nem demasiado pessimista, porque eu me considero um economista. Economista não é fiscalista PC.

Isso talvez seja uma posição mais do tesoureiro, da Subsecretaria do Tesouro, do Tesouro Nacional. O ministro, o secretário, o análogo, tem que ter uma cabeça de economista. E o economista não pode ter um viés.

Como eu não tenho viés, por exemplo, em relação a benefícios tributários, que é o que o deputado Marcolino falou, você não tinha nenhuma da firma daquele setor, você está concedendo um benefício para aquele setor, e esse setor vai atrair gente, vai atrair trabalho, vai funcionar. Bom, agora você tem um setor que ele já está instalado e está fazendo muita arrecadação. Quando você concede um novo benefício, ele não está no seu processo gerador de dados, de arrecadação.

O que você vai ter é provavelmente uma perda instantânea de arrecadação, porque você está tributando menos, não é mesmo? Então você tem que olhar caso a caso. É por isso que nós fomos artigo a artigo e eu não acredito muito, e eu estou sendo aberto, acredito muito em objetivos meramente arrecadatórios, fiscalistas, de processo de revisão de benefícios.

Vou cortar 5%, 10%, 15%, 20%, por isso que eu não mencionei 20 bilhões, nem 20% nem nada. Eu não acredito muito nisso. Eu acho que a boa política pública vai ser olhada um a um. Revisa. Vê a redação. Vê qual é a estimativa de denúncia.

Quanto que tem gerado de empregos desde que ele foi criado e antes? Às vezes não é nem um grande avanço de uma análise estatística, econométrica, profunda, microeconometria, e a gente gosta dessas brincadeiras, dif-and-dif, faz isso, faz aquilo. Às vezes é uma questão de inspeção ocular, e eu acho que a oposição, o tribunal de coisas, tem várias coisas que não passavam a inspeção ocular, mas os avanços venham.

Temos todo o intuito de que, vamos aumentar a transparência, estamos pensando em formas boas, benignas de melhorar isso. Já demos vários passos. Acho que o próprio TCE pode confirmar que passos foram dados desde 2023.

Eu entendo que eles percebem esse avanço e queremos fazer mais. Agora, se o senhor me der o caso específico, eu posso lhe dizer a disponibilidade da Secretaria? Eu estou te dando

um caso específico de um secretário que é amigo, amigo do público, que foi feito um descongelamento muito importante a semana passada, inclusive.

Se não me engano, quase 200 milhões de reais. É significativo, tem bastante coisa, porque leva tempo, você tem que comprar, é a licitação, leva tempo. Mas é importante que a gente já fez nesse caso.

Se o senhor me der um caso específico, talvez depois, aqui, assim que eu concluir, eu posso lhe responder instantaneamente. Acho que o Lira não foi. O Lira está lá.

Aquele rapaz ali vai te dizer exatamente o que está acontecendo em ponto específico. Mas me pediu um ponto específico de demandas lá, de demandas parlamentares, e eu acho que foi sanado, e a gente vai progredir. Não há problema algum.

Eu concluo, presidente? Não, eu só posso concluir agradecendo as deputadas e os deputados. Eu acho que foi um debate muito bom, muito bom, vários pontos aqui.

A questão da preparação, acho que o deputado Enio colocou a questão da preparação dos estados, em específico o nosso, para o futuro que se avizinha com relação à condicionalidade, que a gente não emprega a condicionalidade por si só, mas eu nem acho que é ruim, porque se o benefício é bom, por que eu preciso pedir para que ele faça uma contribuição para um fundo, ou que tenha uma meta específica? Se o benefício é bom, ele tem um objetivo, uma meta, uma forma de agir. Eu acho até que ficou melhor desenhado, ficou bom para o estado de São Paulo.

Não achei ruim, não. Acho até que é bom. Os pontos foram trazidos, além dos pontos específicos, que é natural que os parlamentares tenham, de demanda parlamentar, etc., mas eu espero que eu tenha conseguido avançar na compreensão, tem alguns temas nossos, alguns são mais fáceis, outros são intrincados, mas eu espero que eu consiga ter colocado de maneira aberta aquilo que está sendo processado. É óbvio que eu sou viesado de achar que o governador Tarcísio está indo muito bem, talvez outro ache que está indo bem ou não tão bem, para colocar tudo de maneira bastante aberta.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Melhor estado da federação. Melhor governador.

**O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Senhoras e senhores, muito obrigado. Obrigado, secretário. Obrigado, Rogério. Obrigado a toda a equipe. Obrigado, pessoal da Comissão, as equipes aqui presentes. E vamos esperar a próxima.

Muito obrigado. Está encerrada aqui a nossa reunião. Obrigado a todos.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*